
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS
COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 A **COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO**, doravante denominada **PORTOSRIO**, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, realizará licitação, sob a modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026**, tendo como critério de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL**, regido pelas normas da Lei nº 13.303/2016, dos Decretos nºs 10.024/2019, 8.945/2016, 3.555/2000, 9.507/201, da Lei Complementar nº 123/2006, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, do Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos), aprovado pelo Conselho de Administração da **PORTOSRIO** em sua 694ª Reunião, realizada em 25/06/2018, e atualizado em sua 868ª Reunião, realizada em 19/02/2024, disponível na página da **PORTOSRIO** na internet (www.portosrio.gov.br), menu “Licitações e Contratos”, do Instrumento Normativo de Aplicação de Sanções Administrativas (IN.GECOMP.06.002) e demais disposições legais pertinentes.
- 1.2 O Edital e seus Anexos estarão disponíveis no sítio www.gov.br/compras a partir do dia 17/06/2026, às 08:00 horas.
- 1.2.1 O Edital também poderá ser obtido na página da **PORTOSRIO** na internet (www.portosrio.gov.br), menu “Licitações e Contratos”, “Pregões Eletrônicos”.
- 1.3 As propostas de preços serão recebidas até as 10:00 horas, do dia 01/07/2026, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.gov.br/compras.
- 1.4 **A sessão pública na internet para recebimento dos lances será realizada às 10:00 horas, do dia 01/07/2026, no mesmo endereço eletrônico indicado no subitem anterior.**
- 1.5 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.
- 1.6 Os trabalhos serão conduzidos por empregado da **PORTOSRIO** denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o provedor www.gov.br/compras.
- 1.7 Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico.
- 1.8 A licitação terá item único.

2. DO OBJETO

- 2.1 O objeto desta licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **“prestação dos serviços de transporte de pessoal nos Portos de Itaguaí e Rio de Janeiro”**, conforme o que consta no Processo Administrativo nº 50905.002423/2026-96 e de acordo com as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1 Poderão participar da presente licitação empresas do ramo do objeto da licitação, cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e credenciadas junto ao provedor do sistema (Secretaria de Gestão do Ministério da Economia), nos termos da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3/2018, no sítio www.gov.br/compras, e que atendam a todas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos.
- 3.2 Estarão impedidos de participar, de qualquer fase do processo, interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:
- 3.2.1 Em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou liquidação;
- 3.2.2 Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- 3.2.3 Estrangeiras, que não funcionem no país;
- 3.2.4 Que se enquadrem em um ou mais dispositivos do art. 38 da Lei nº 13.303/2016; e
- 3.2.5 Suspensas pela **PORTOSRIO** na forma do art. 83, inciso III, da Lei nº 13.303/2016, impedidas de licitar na forma do art. 7º da Lei nº 10.520/2002 ou declarada inidônea na forma do inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3 Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507/2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:
- a) Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b) De autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.
- 3.3.1 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203/2010).
- 3.4 Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203/2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura **CONTRATADA** que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4. DO CREDENCIAMENTO NO PROVEDOR DO SISTEMA ELETRÔNICO

- 4.1 O credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.
- 4.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 4.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da **PORTOSRIO** por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 4.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
 - 4.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. DA PARTICIPAÇÃO

- 5.1 A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha, pessoal e intransferível, do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e dos documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.
 - 5.1.1 A informação dos dados para acesso ao Pregão deve ser feita na página inicial do sítio www.gov.br/compras;
 - 5.1.2 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao sistema.
- 5.2 Como requisito para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
 - 5.2.1 Declaração de que é microempresa ou empresa de pequeno porte e que, sob as penas da Lei, cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e está apta a usufruir do tratamento favorecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar;
 - a) A assinalação do campo “não”, no caso do subitem 5.2.1, apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento

favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que seja microempresa ou empresa de pequeno porte.

- 5.2.2 Declaração de ciência e concordância com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem assim de cumprimento pleno dos requisitos habilitatórios previstos;
 - 5.2.3 Declaração expressa de que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - 5.2.4 Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
 - 5.2.5 Declaração de elaboração independente de proposta, como exigido na Instrução Normativa SLTI nº 02/2009;
 - 5.2.6 Declaração de não utilização de trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - 5.2.7 Declaração informando se os serviços são produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991;
- 5.3 A declaração falsa relativa aos subitens acima sujeitará o licitante às sanções previstas no item 16 deste Edital e na legislação vigente.

6. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 6.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública constantes do subitem 1.4., quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de cadastramento.
- 6.2 O cadastramento da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 6.3 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente cadastrada no sistema.
- 6.4 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas cadastradas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 7.1 Até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o Edital, exclusivamente através do endereço eletrônico (e-mail): gecomp@portosrio.gov.br.
- 7.1.1 Caberá ao Pregoeiro decidir no prazo de 2 (dois) dias úteis sobre a impugnação interposta, a contar do recebimento desta.
- 7.1.2 Acolhida a impugnação contra o Edital, será designada nova data para a realização do certame.
- 7.1.3 Na hipótese da **PORTOSRIO** não responder a impugnação no prazo estabelecido no subitem 7.1.1., a licitação será suspensa, convocando-se nova data para a realização do certame.
- 7.1.4 Para fins de cômputo do prazo constante no subitem 7.1.1., serão considerados apenas os dias em que houver expediente na **PORTOSRIO** e a partir do momento da ciência da impugnação por parte do Pregoeiro.
- 7.2 Os pedidos de esclarecimento referentes a esta licitação deverão ser enviados ao Pregoeiro, até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente através do endereço eletrônico (e-mail): gecomp@portosrio.gov.br.
- 7.2.1 Os esclarecimentos prestados a qualquer dos licitantes estarão disponíveis no sítio www.gov.br/compras, na parte de “esclarecimentos”.
- 7.2.2 O Pregoeiro deverá responder os pedidos de esclarecimento no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do recebimento deste.
- 7.3 O disposto no subitem 7.2 não interfere na apresentação de impugnação nos termos do subitem 7.1.
- 7.4 Caso a impugnação ou o pedido de esclarecimento envolva questões de ordem técnica do objeto ou de exequibilidade de preços, o Pregoeiro poderá solicitar análise e parecer prévio da área requisitante da **PORTOSRIO**.

8. DA SESSÃO PÚBLICA

- 8.1 A partir do horário e dia previstos no Edital, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, ocasião em que o Pregoeiro fará a abertura e divulgação das propostas de preços recebidas, passando, na sequência, a avaliar a aceitabilidade das mesmas.
- 8.2 O Pregoeiro verificará as propostas registradas no sistema, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 8.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

-
- 8.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 8.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 8.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da etapa de envio de lances.
- 8.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 8.5 Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 8.6 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes ou seus representantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, os participantes serão informados, em tempo real, de seu recebimento, respectivo horário de registro e valor, não sendo identificado o autor do lance aos demais participantes.
- 8.7 O lance deverá ser ofertado pelo valor global.**
- 8.8 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicialmente cadastrada.
- 8.9 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema.
- 8.10 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.11 Para fins do que dispõe o parágrafo único do art. 31 do Decreto nº. 10.024/2019, o intervalo mínimo percentual entre os lances será de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento).
- 8.12 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 8.13 Para a etapa de lances deste certame será adotado o modo de disputa “aberto”, conforme art. 31, I, do Decreto nº. 10.024/2019, ocasião em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento mencionado no subitem 9.1 deste Edital.
- 8.13.1 No modo de disputa aberto, a etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

-
- 8.13.2 A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 8.13.3 Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos subitens 8.13.1 e 8.13.2, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 8.13.4 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 8.13.2, o Pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução da proposta mais vantajosa para a **PORTOSRIO**.
- 8.14 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
- 8.14.1 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 8.15 No caso de desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances. Quando possível seu retorno, o Pregoeiro continuará atuando no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.17 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.18 Encerrada a etapa de lances, caso haja microempresas ou empresas de pequeno porte com valor final ofertado de até 5% (cinco por cento) superior ao menor preço, será considerado empate. Neste caso, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá, se houver interesse, efetuar lance de valor inferior ao menor preço já registrado.
- 8.18.1 O procedimento de empate será detectado automaticamente. Encerrado o tempo randômico, o sistema identificará a existência da situação de empate prevista no subitem anterior, informando o nome do licitante. Em seguida, o sistema habilitará um comando para o Pregoeiro convocar tal licitante que se encontre em situação de empate. Após confirmado, o sistema emitirá nova mensagem informando para o licitante em situação de empate que deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado. Durante o período, apenas o licitante convocado poderá registrar o novo lance.

-
- 8.18.2 Não havendo manifestação do licitante, o sistema verificará, observada a ordem classificatória, se há outra situação de empate, realizando o chamado de forma automática. Não havendo mais nenhum licitante em situação de empate, o sistema emitirá mensagem, cabendo ao Pregoeiro dar encerramento à disputa.
- 8.18.3 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.18, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 8.19 O disposto no subitem 8.18 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 8.20 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 8.21 Em último caso, persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema dentre as propostas empatadas.
- 8.22 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública e realização de eventual procedimento de desempate, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 8.22.1 A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.22.2 Após a tentativa de negociação, quaisquer propostas que permanecerem com o valor acima do valor estimado serão desclassificadas.
- 8.22.3 O prazo para convocação da licitante, para fins de negociação do valor ofertado, será definido a critério do Pregoeiro, ficando a licitante responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.23 O licitante que ofereceu a melhor proposta deverá anexar a proposta de preços devidamente ajustada ao seu valor final ofertado, nos moldes do Anexo III – Planilha de Proposta de Quantidades e Preços, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, conforme § 2º do art. 38 do Decreto nº. 10.024/2019, contado da solicitação do Pregoeiro no “chat” do COMPRASGOVERNAMENTAIS, prorrogável 1 (uma) única vez por igual período desde que a solicitação seja tempestiva e justificada, observando, ainda, que a proposta:
- 8.23.1 Deverá ser redigida em papel timbrado do licitante, em língua portuguesa, datada, digitada ou datilografada, em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

- 8.23.2 Deverá ser apresentada com 2 (duas) casas decimais e expressa em moeda corrente nacional (R\$);
- 8.23.3 Deverá conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante, para fins de pagamento;
- 8.23.4 Vincula o licitante, em especial no que se refere às condições, informações e especificações técnicas nela apresentada;
- 8.24 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução contratual e aplicação de eventual sanção à **CONTRATADA**, se for o caso.
- 8.25 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 8.26 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 8.27 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

9. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

- 9.1 No julgamento das propostas de preços, considerar-se-á vencedora aquela que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste Edital, apresentar o **“MENOR PREÇO GLOBAL”**.
- 9.2 O valor estimado anual para o presente processo licitatório é de **R\$ 8.637.740,04 (oito milhões, seiscientos e trinta e sete mil, setecentos e quarenta reais e quatro centavos)**.
- 9.3 Serão desclassificados(as):
 - 9.3.1 Os licitantes que não responderem à convocação para negociação, conforme descrito no subitem 8.22.3, ou que não anexarem a proposta comercial ajustada, conforme descrito no subitem 8.23 deste Edital, ambos no prazo solicitado pelo Pregoeiro no “chat”;
 - 9.3.2 As propostas de preços que não apresentem as especificações técnicas exigidas pelo Anexo I – Termo de Referência;
 - 9.3.3 As propostas de preços que não atenderem às exigências do ato convocatório da licitação ou que contenham outras condições que não as constantes deste Edital e de seus Anexos;
 - 9.3.4 As propostas que contenham vício insanável ou ilegalidade;

-
- 9.3.5 As propostas com preços acima do valor estimado pela **PORTOSRIO** ou manifestamente inexequíveis.
- 9.3.5.1 Para fins do subitem 9.3.5, considera-se manifestamente inexequível a proposta que:
- a) Comprovadamente for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários do mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o instrumento convocatório não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;
 - b) Apresente um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 9.3.5.2 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, conforme disposto no subitem 17.5 deste Edital e no § 2º do art. 56 da Lei nº 13.303/2016, a exemplo das enumeradas no subitem 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, para que o licitante possa comprovar a exequibilidade de sua proposta.
- 9.3.5.2.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 9.3.5.3 Para fins de aferição da inexequibilidade de proposta, o Pregoeiro poderá valer-se do cálculo previsto no § 3º do art. 56 da Lei nº 13.303/2016.
- 9.4 Se a proposta não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda o Edital. Também nesta etapa o Pregoeiro deverá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 9.5 Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto previsto nos art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 9.6 Por ocasião da aceitabilidade da proposta de preços, em especial quando houver assuntos técnicos, o Pregoeiro poderá solicitar análise e parecer prévio da área requisitante da **PORTOSRIO**.

- 9.7 Constatando o atendimento da proposta às exigências fixadas no Edital, o licitante terá sua proposta aceita, passando-se então para a fase de habilitação.

10. DA HABILITAÇÃO

- 10.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, conforme subitem 10.10, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no presente certame ou a futura contratação, mediante consulta ao:
- 10.1.1 SICAF, a fim de se verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda o art. 38 da Lei nº 13.303/2016;
 - 10.1.2 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;
 - 10.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br;
 - 10.1.4 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br;
 - 10.1.5 Cadastro de Empresas Suspensas mantido no site da **PORTOSRIO** na internet, no endereço eletrônico www.portosrio.gov.br, menu “Licitações e Contratos”; e
 - 10.1.6 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.
- 10.2 As consultas previstas no subitem 10.1 realizar-se-ão em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário.
- 10.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará, juntamente com a Equipe de Apoio, para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 10.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 10.5 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 10.6 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado por falta de condição de participação.
- 10.7 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03/2018.

-
- 10.7.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03/2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 10.7.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 10.7.3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto nº. 10.024/2019.
- 10.8 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, o licitante será convocado a encaminhá-los em formato digital, de preferência em arquivos compactados (.zip ou .rar), via sistema, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, a partir da solicitação do Pregoeiro no “chat”, conforme determina o inciso VI do art. 21 da IN SEGES/MP nº 3/2018 e o § 2º do art. 43 do Decreto nº. 10.024/2019, sob pena de inabilitação.
- 10.8.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 10.9 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 10.9.1 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 10.9.2 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 10.10 Ressalvado o disposto no subitem 6.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:
- 10.10.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA
- a) Cédula de identidade, no caso de pessoa física;
 - b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
 - c) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais sendo que, no caso de sociedades por ações, deverá se fazer acompanhar da ata de eleição de seus administradores;
 - d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício;

- e) Decreto de autorização ou equivalente, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir.

10.10.2 REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de inscrição no CNPJ ou CPF, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Nacional e com o INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa, ou Positiva com efeitos de Negativa, de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
- c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).

10.10.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, exigíveis na forma da lei, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
 - i. As empresas que se utilizam do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, deverão comprovar a Escrituração Contábil Digital – ECD por meio de recibo de entrega junto à Receita Federal, igualmente, deverão apresentar o Balanço Patrimonial do último exercício social exigível.
 - ii. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.
 - iii. As empresas que estiveram inativas no ano anterior deverão apresentar cópia da declaração de inatividade entregue à Receita Federal, apresentando o último balanço patrimonial que antecede à condição de inatividade.
- b) Comprovação de capital social ou patrimônio líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor proposto pela licitante para a prestação dos serviços objeto desta licitação, exigida somente no caso de a licitante apresentar resultado igual ou inferior a 1 (um) nos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral.
- c) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, em até no máximo 90 (noventa) dias da data da sessão pública deste certame.

10.10.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Atestado (s) de Capacidade Técnica, expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m), a prestação de serviços de

transporte de passageiros compatíveis em características, natureza e complexidade operacional, com o objeto licitado.

- i. Para fins de compatibilidade técnica, serão considerados pertinentes atestados que evidenciem experiência na prestação de serviços de transporte terrestre de pessoal com disponibilização de veículos e motoristas, especialmente quando envolvam operação contínua, controle de rotas, atendimento institucional, transporte funcional ou execução em ambiente sujeito a regras específicas de acesso, segurança e circulação.
 - ii. O(s) atestado(s) deverá(ão) estar relacionado(s) à atividade econômica principal ou secundária da licitante, conforme especificado em seu contrato social registrado na junta comercial competente.
 - iii. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo, Nome do Declarante, Endereço e Telefone e CNPJ da empresa emitente e a comprovação de que os serviços prestados atendem aos requisitos de qualidade estabelecidos.
 - iv. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do instrumento contratual ou se decorrido, pelo menos, 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme subitem 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.
 - v. Em caso de necessidade de diligência por parte do Pregoeiro, o licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do instrumento contratual que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no subitem 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- b) Declaração de que a licitante dispõe, ou de que terá disponibilidade até o início da execução contratual, de estrutura operacional apta ao atendimento do objeto, compreendendo frota compatível, motoristas habilitados, suporte operacional, manutenção, combustíveis, seguros e demais recursos necessários à plena execução dos serviços.
 - c) Declaração, em papel timbrado da licitante, datada e assinada pelo representante legal, atestando que a licitante concorda com a disposição do instrumento convocatório sob referência e seus anexos, garantindo o prazo de validade dos preços e condições da proposta por 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data da apresentação da proposta, bem como as demais condições da Declaração constantes do Anexo IV – Modelo de Declaração. A licitante não poderá alegar, a posterior, desconhecimento de qualquer fato
 - d) Declarações, em papel timbrado da licitante, datada e assinada pelo representante legal, seguindo os modelos dos Anexos V e VI.

- 10.11 Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, a comprovação da regularidade fiscal somente será exigida para efeito de contratação e não como condição para participação na licitação.

-
- 10.11.1 Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal quando da comprovação de que trata o subitem 10.11, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 10.11.2 Para aplicação do disposto no subitem 10.11.1, o prazo para regularização fiscal será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação.
- 10.11.3 A prorrogação do prazo prevista no subitem 10.11.1 poderá ser concedida, a critério da **PORTOSRIO**, quando requerida pela licitante, mediante apresentação da devida justificativa.
- 10.11.4 A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal de que tratam os subitens 10.11.1 e 10.11.3.
- 10.11.5 A não regularização da documentação no prazo previsto nos subitens 10.11.1. e 10.11.3 implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no subitem 16 deste Edital e na Lei nº. 13.303/2016, sendo facultado à **PORTOSRIO** convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
- 10.11.6 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências deste Edital.
- 10.12 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos para a habilitação ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 10.13 Ocorrida a inabilitação a que se refere o subitem 10.12, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência de empate ficto, previsto nos art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 10.14 Após o disposto no subitem 10.12 ou 10.13, será retomada a sessão pública e chamados os demais licitantes, na ordem de classificação, e após a tentativa de negociação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observando que o Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, até que encontre uma proposta que atenda integralmente o Edital.
- 10.14.1 Por ocasião da documentação de habilitação, em especial a que trata da habilitação técnica, o Pregoeiro poderá solicitar análise e parecer prévio da área requisitante da **PORTOSRIO**.
- 10.15 Nos casos em que os documentos faltantes relativos à habilitação forem de fácil elaboração e consistam em meras declarações sobre fatos preexistentes ou em compromissos pelo licitante, será concedido prazo razoável para o devido

saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade, bem como ao art. 2º, caput, da Lei 9.784/1999.

10.16 Constatando o atendimento às exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado habilitado e, conseqüentemente, vencedor.

10.17 Tendo em vista que a **PORTOSRIO** dispõe de sistema interno eletrônico de documentos e, ainda, objetivando a celeridade e a economicidade processual, uma vez habilitado, não será necessário que o licitante encaminhe posteriormente a documentação original apresentada durante a sessão pública.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o instrumento contratual no prazo previsto no subitem 14.1, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1 A convocação se dará por meio do “chat” e e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante mantê-los atualizados.

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal da microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo mínimo de 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por qual(is) motivo(s), em campo próprio sistema, o qual registrará em ata a síntese das razões, momento a partir do qual será concedido ao interessado o prazo de 3 (três) dias, a contar do dia útil subsequente ao término da sessão pública, para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual prazo, que começará a correr no dia útil subsequente ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

-
- 12.1.1 No momento da apresentação da intenção de recorrer, cabe ao Pregoeiro avaliar tão somente a existência dos pressupostos recursais, o que se restringe à aferição de sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação.
- a) O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, caso a licitante deixe de demonstrar algum dos pressupostos recursais constantes do subitem acima;
- b) É vedado rejeitar o recurso de pleno em razão da discordância de mérito com os motivos apresentados pelo licitante.
- 12.2 É de inteira responsabilidade dos licitantes a correta apresentação da intenção e das razões recursais, podendo estes, caso seja detectado pela **PORTOSRIO** que se trata de mero recurso protelatório, sofrer a sanção prevista no inciso I do subitem 16.5.1 deste Edital.
- 12.3 Na hipótese de interposição de recurso, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados mediante solicitação por endereço eletrônico (e-mail): gecomp@portosrio.gov.br.
- 12.4 A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem 12.1, importará na decadência desse direito, e o Pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 12.5 Os recursos deverão ser dirigidos ao Pregoeiro, devidamente protocolados e cadastrados no sistema, e observar:
- 12.5.1 Quanto à sua interposição, o prazo constante do subitem 12.1;
- 12.5.2 A forma escrita, com a identificação do licitante ou seu representante legal;
- 12.5.3 A legitimidade e o interesse recursal; e
- 12.5.4 A fundamentação.
- 12.6 O Pregoeiro disporá de até 5 (cinco) dias úteis, contados do dia útil subsequente ao término do prazo previsto no subitem 12.1, para julgar o(s) recurso(s) interposto(s).
- 12.6.1 Caso as razões recursais envolvam questões de ordem técnica ou de exequibilidade dos preços propostos, o Pregoeiro poderá solicitar análise e parecer prévio da área requisitante da **PORTOSRIO**;
- 12.6.2 Caso seja necessário devido à complexidade do assunto e com a devida justificativa nos autos, o prazo constante no subitem 12.6 poderá ser ampliado.
- 12.7 Após julgamento do(s) recurso(s), o Pregoeiro elaborará relatório circunstanciado com vistas ao Diretor-Presidente para decisão definitiva.
- 12.8 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados

13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 13.1 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante no prazo previsto no subitem 12.1, quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a dar continuidade ao processo, com vistas à adjudicação e homologação pelo Diretor-Presidente.
- 13.2 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o Diretor-Presidente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

14. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

- 14.1 Homologada a licitação pelo Diretor-Presidente, o adjudicatário será convocado para assinar o(s) instrumento contratual em até 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez por igual período, desde que devidamente justificado, observando ainda as demais disposições deste item 14.
- 14.1.1 O prazo a que se refere o subitem 14.1 contempla inclusive o período necessário para os procedimentos de cadastramento do(s) usuário(s) no Sistema SEI!, nos moldes do subitem 14.4, sendo de inteira responsabilidade da própria licitante realizar o passo a passo de acordo com as instruções, sob pena de exclusão do certame e convocação do próximo colocado.
- 14.2 Se o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar, não aceitar ou não retirar o(s) instrumento contratual injustificadamente, ou ainda, não apresentar situação regular, estará sujeito às penalidades previstas no item 16 deste Edital e na Lei nº 13.303/2016. Neste caso, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a habilitação das licitantes, observada a ordem final de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o mesmo convocado para negociar a redução do preço ofertado em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado, inclusive quanto aos preços atualizados em conformidade com o Edital.
- 14.3 A contratação será formalizada por intermédio de instrumento contratual (Anexo VIII) com base nos dispositivos da Lei nº. 13.303/2016 e do Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos).
- 14.4 Para assinatura do instrumento contratual, o(s) responsável(is) legal(is) da licitante deverá(ão) realizar o cadastro prévio no Sistema SEI!, mediante o link externo: <<https://www.gov.br/pt-br/servicos/cadastrar-no-sei-do-ministerio-dos-transportes>>.
- 14.4.1 O(s) cadastro(s) deverá(ão) ser feito(s) por aquele(s) que efetivamente irá(ao) assinar o(s) instrumento(s) contratual(is).
- 14.5 Após realização do(s) cadastro(s), o ato de assinatura do instrumento contratual realizar-se-á via plataforma SEI!, mediante acesso através de link externo constante na parte superior da página da internet da **PORTOSRIO** (www.portosrio.gov.br).
- 14.6 A assinatura do instrumento contratual ficará condicionada à aferição da regularidade da futura **CONTRATADA**, em conformidade com o item 10 – Da

Habilitação, e à consulta ao CADIN, em conformidade com o disposto no art. 6º, inciso III, cumulado com o art. 6º-A da Lei nº 10.522/2002.

- 14.7 Na assinatura do instrumento contratual será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência contratual.
- 14.8 O licitante, em vias de ser julgado vencedor ou já vencedor da licitação, ou já convidado a assinar o instrumento contratual com a **PORTOSRIO**, poderá perder sua condição para assinar o aludido instrumento, caso se encontre em estado de falência, insolvência notória ou situação econômico-financeira comprometida.
- 14.9 O prazo de execução do instrumento contratual corresponde ao prazo que a **CONTRATADA** dispõe para executar a sua obrigação. Já o prazo de vigência corresponde ao prazo em que ele é considerado apto a produzir efeitos até que todos os seus efeitos sejam consumidos, inclusive recebimento e pagamento por parte da **PORTOSRIO**, excetuando-se o prazo de garantia técnica.

15. DO PAGAMENTO

- 15.1 O pagamento será efetuado conforme o instrumento contratual a ser emitido, através de depósito bancário em favor da **CONTRATADA**, no prazo de até 30 (trinta) dias da apresentação da nota fiscal correspondente devidamente atestada pela **FISCALIZAÇÃO** da **PORTOSRIO**.
- 15.2 A(s) nota(s) fiscal(is) deverá(ão) ser apresentada(s) sem emendas, rasuras ou ressalvas, observada a legislação fiscal vigente.
- 15.3 Na(s) nota(s) fiscal(is) é recomendado que a **CONTRATADA** faça constar, para fins de pagamento, as informações relativas ao instrumento contratual, ao nome e número do banco, da agência e de sua conta corrente.
- 15.4 Em hipótese alguma haverá pagamento sem que ocorra a efetiva entrega do objeto contratado, podendo ocorrer, contudo, o pagamento correspondente à parte do objeto que, mediante autorização da **PORTOSRIO**, for recebido parcialmente.

16. DAS SANÇÕES

- 16.1 A **CONTRATADA**, em caso de inadimplemento de suas obrigações, garantido o contraditório e a ampla defesa anteriormente a sua aplicação definitiva, ficará sujeita às seguintes sanções previstas no art. 83 da Lei nº 13.303/2016:
- I. Advertência;
 - II. Multa;
 - III. Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **PORTOSRIO**, por até 2 (dois) anos.
- 16.2 A sanção constante do inciso II do subitem anterior poderá ser aplicada de forma cumulativa com as constantes dos incisos I e III do mesmo subitem, conforme a gravidade do fato, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

16.3 São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras:

- I. Interpor recurso meramente protelatório;
- II. Não manter a proposta ou abandonar o certame;
- III. Deixar de apresentar, apresentar em manifesta desconformidade ou apresentar parcialmente documentação exigida no certame;
- IV. Declarar falsamente que cumpre algum dos requisitos previstos no subitem 5.2 deste Edital;
- V. Não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do instrumento contratual ou de instrumento equivalente;
- VI. Apresentar documento falso em qualquer processo administrativo instaurado pela **PORTOSRIO**;
- VII. Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a **PORTOSRIO** em virtude de atos ilícitos praticados;
- VIII. Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- IX. Agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;
- X. Incorrer em inexecução contratual;
- XI. Ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório;
- XII. Ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato do procedimento licitatório;
- XIII. Ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- XIV. Agir em conluio com empresa do mesmo grupo econômico com o objetivo de manipular o caráter competitivo da licitação;
- XV. Ter fraudado licitação pública ou instrumento contratual dela decorrente;
- XVI. Ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar instrumento contratual;
- XVII. Ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de instrumentos contratuais celebrados com a **PORTOSRIO**, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- XVIII. Ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos instrumentos contratuais celebrados com a **PORTOSRIO**;
- XIX. Ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos;
- XX. Ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização;
- XXI. Ter sofrido condenação definitiva por prática, por meios dolosos, de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- XXII. Ter deixado de proceder ao pagamento de salários, vale-transporte e de auxílio-alimentação dos empregados na data fixada;
- XXIII. Ter deixado de cumprir com as obrigações relativas a encargos sociais, previdenciários e trabalhistas;
- XXIV. Deixar de manter o nível de qualidade exigido pela **PORTOSRIO** na execução do instrumento contratual, bem como deixar de evitar a sua degeneração quando for o caso.

16.4 DA SANÇÃO DE ADVERTÊNCIA

16.4.1 A aplicação da sanção de advertência se efetiva com o registro da mesma junto ao SICAF ou em outro sistema próprio para este fim.

16.4.1.1 A reincidência da sanção de advertência ensejará a aplicação de penalidade de multa pela **PORTOSRIO**.

16.5 DA SANÇÃO DE MULTA

16.5.1 A multa poderá ser aplicada, dentre outros, nos seguintes casos:

- I. Em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor esmado para a licitação em questão;
- II. Em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis pelo mesmo período, a pedido justificado pela licitante, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor esmado para a licitação em questão;
- III. Em decorrência da declaração falsa relava ao cumprimento dos requisitos de habilitação, ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte e ao exercício do direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174/2010, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor esmado para a licitação em questão;
- IV. Em decorrência da não apresentação de documentação exigida no certame, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor esmado para a licitação em questão;
- V. Nos casos em que a licitante não mantiver a sua proposta, poderá ser aplicada multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor esmado para a licitação em questão;
- VI. Nos casos em que a licitante apresentar documento falso, cometer fraude ou comportar-se de modo inidôneo, poderá ser aplicada multa correspondente a até 20% (vinte por cento) do valor esmado para a licitação em questão;
- VII. Pela recusa em assinar, aceitar ou retirar o instrumento contratual, no prazo previsto no Edital, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor estimado para a licitação em questão;
- VIII. No caso de atraso na entrega da garantia contratual, após 10 (dez) dias úteis contados da data de assinatura do instrumento contratual, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor do instrumento contratual;
- IX. No caso de não comparecimento à reunião inicial de inserção da Contratada, salvo justificativa aceita pela Fiscalização, multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) sobre o valor correspondente a 12 meses do contrato para cada dia de atraso, limitada a 5 (cinco) dias;
- X. No caso de não apresentação de equipe qualificada para atendimento de cada Categoria de Serviço, até o início da execução

dos serviços, ou seja, a contar da data de abertura da Ordem de Serviço, poderá ser aplicada multa correspondente a 0,1% (um décimo por cento) do valor relativo ao faturamento mensal do contrato por dia de atraso, observando o máximo de 5%.

- XI. No caso de execução insatisfatória ou não realização do repasse de conhecimento na transição contratual prevista no item 12.14, poderá ser aplicada multa correspondente 1% (um por cento) sobre o valor do contrato.
- XII. Nos demais casos de atraso (ou no caso de atraso na execução contratual), poderá ser aplicada multa na razão de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do Contrato, limitada a incidência a 10 (dez) dias. A partir do 11º (décimo primeiro) dia, o percentual de multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato;
- XIII. No caso de inexecução parcial, poderá ser aplicada multa na razão de até 20% sobre o valor do instrumento contratual; e
- XIV. No caso de inexecução total, poderá ser aplicada multa na razão de até 30% sobre o valor do instrumento contratual.

16.5.2 Os casos previstos no subitem anterior são meramente exemplificativos, podendo a **PORTOSRIO** sugerir a aplicação de um percentual de multa para outros casos devendo, entretanto, levar em consideração a conduta praticada e a intensidade do dano provocado e segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

16.5.3 O não pagamento da multa aplicada importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e poderá ensejar a aplicação de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **PORTOSRIO**, por até 2 (dois) anos.

16.5.4 A aplicação da sanção de multa será registrada no SICAF ou em outro sistema próprio para este fim.

16.6 DA SANÇÃO DE SUSPENSÃO

16.6.1 Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à **PORTOSRIO**, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

16.6.2 A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

16.6.3 A aplicação da sanção de suspensão será registrada no SICAF ou em outro sistema próprio para este fim.

16.7 Para aplicação de quaisquer das sanções previstas no subitem 16.1, a **PORTOSRIO** seguirá o rito previsto no Regulamento de Apuração e Aplicação de Sanções Administrativas (IN.GECOMP.06.002), observando, em especial, o seguinte:

-
- I. Notificação formal à **CONTRATADA**;
 - II. Garantia do contraditório e da ampla defesa;
 - III. Concessão de prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentar manifestação.
- 16.8 No caso de indeferimento da defesa apresentada, e uma vez concluído o processo administrativo, a multa porventura aplicada fica, desde logo, considerada dívida líquida e certa, ficando a **PORTOSRIO** autorizada a descontar do pagamento a ser efetuado à **CONTRATADA** o valor da multa devida.
- 16.8.1 Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a **CONTRATADA** obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.
- 16.8.2 Caso não haja o recolhimento da multa no prazo acima, em último caso, o valor da multa será cobrado judicialmente.
- 16.9 As decisões oriundas dos processos administrativos sancionatórios serão publicadas no Diário Oficial da União (DOU).

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 17.1 A apresentação de uma proposta na licitação fará prova de que a empresa licitante:
- 17.1.1 Examinou criteriosamente todos os documentos do Edital e seus Anexos, que os comparou entre si e obteve expressamente da **PORTOSRIO** as informações necessárias, antes de apresentá-la;
 - 17.1.2 Conhece e concorda com todas as especificações e condições do Edital;
 - 17.1.3 Considerou que o Edital e seus Anexos permitiram a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória;
 - 17.1.4 Atende às condições de participação, não se enquadrando nas hipóteses de impedimento previstas no Edital.
- 17.2 Fica também estabelecido que as especificações, os Anexos e a documentação da licitação são complementares entre si.
- 17.3 A **PORTOSRIO** reserva-se o direito de revogar a presente licitação por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, anteriormente ao início da fase de lances ou propostas, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e fundamentado.
- 17.3.1 Caso a revogação ou a anulação ocorra após o início da fase acima, a mesma será precedida de Processo Administrativo no qual sejam asseguradas as garantias do contraditório e da ampla defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para que os licitantes interessados ofereçam manifestação, salvo no caso de manifestação expressa e prévia de todos os licitantes renunciando o direito de contestar o ato respectivo.

-
- 17.3.2 A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.
- 17.4 No caso de meros erros formais em que a possível alteração não afete a formulação das propostas, a **PORTOSRIO** poderá inserir aviso no sistema ou realizar modificações e revisões no presente Edital a qualquer tempo, antes da data limite para a abertura da sessão pública. Contudo, qualquer outra modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido.
- 17.5 É facultado à **PORTOSRIO**, se assim julgar conveniente, em qualquer fase da licitação, promover diligência(s) destinada(s) a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 17.6 O Pregoeiro, durante a análise de documentos e propostas, poderá solicitar de qualquer licitante informações sobre a documentação exigida, fixando o prazo que julgar necessário para o atendimento.
- 17.7 As normas que disciplinam esta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro instrumento contratual.
- 17.8 Não serão levadas em consideração as propostas que fizerem referência às propostas de outros licitantes ou que apresentem qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, tal como proposta alternativa.
- 17.9 A **PORTOSRIO** não aceitará, em hipótese alguma, futuras alegações de omissão na proposta de serviços necessários à execução do instrumento contratual ou de inexistência relativa às quantidades contratuais, com o objetivo de alterar o preço proposto.
- 17.10 Uma vez apurado, no curso da contratação, que a **CONTRATADA** cresceu, indevidamente, a seus preços, valores correspondentes a tributos, contribuições fiscais e/ou parafiscais e emolumentos de qualquer natureza, não incidentes sobre a execução dos serviços contratados, tais valores serão imediatamente excluídos, com a consequente redução dos preços praticados e o reembolso dos valores porventura pagos à **CONTRATADA**.
- 17.11 Se, por ocasião do julgamento desta licitação, da celebração ou da execução do instrumento contratual, ficar comprovada a existência de irregularidades que denunciem dolo, má fé ou grave omissão por parte do licitante, este, a critério da **PORTOSRIO**, ficará impossibilitado de contratar com a **PORTOSRIO** e sujeito às sanções previstas no subitem 16 deste Edital e na Lei nº 13.303/2016.
- 17.12 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, o Pregoeiro enviará mensagem aos licitantes informando o ocorrido e remarcando, de imediato, nova data e hora para a sessão pública.

18 DOS DOCUMENTOS ANEXOS

18.1 Os documentos relacionados abaixo fazem parte integrante deste Edital como Anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I-A – DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA – DOD

ANEXO I-B – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

ANEXO I-C – MAPA/MATRIZ DE RISCOS

ANEXO II – PLANILHA DE ESTIMATIVA DE QUANTIDADES E PREÇOS

ANEXO III – PLANILHA DE PROPOSTA DE QUANTIDADES E PREÇOS

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DO FORNECEDOR RELATIVA À TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD

ANEXO VII – MINUTA DE CONTRATO

Rio de Janeiro, 17 de junho de 2026.

FLAVIO VIEIRA DA SILVA
Diretor-Presidente

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026

1. OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço contínuo de transporte terrestre de passageiros, sem dedicação exclusiva de mão de obra, mediante disponibilização de 11 vans, tipo utilitário, sprinter, boxer, topic ou similar, destinadas ao atendimento das necessidades operacionais, administrativas e institucionais da PortosRio, com foco prioritário no Porto de Itaguaí, sem prejuízo do atendimento complementar ao Porto do Rio de Janeiro e às demais demandas administrativas e institucionais da Companhia.

1.2 A execução do objeto compreenderá a disponibilização de veículos em padrão compatível com transporte coletivo funcional e institucional, sem dedicação exclusiva de mão de obra, composta por veículos com capacidade total para 16 ocupantes, sendo 15 passageiros e 1 motorista, observando-se, como requisitos mínimos, que os veículos possuam até 1 (um) ano de uso, ano/modelo correspondente ao exercício vigente, configuração de teto alto, ar-condicionado com climatização integral para todo o veículo, com saídas de ar distribuídas para os ocupantes, motorização a diesel, direção hidráulica ou elétrica, sistema de freios ABS, airbags frontais, no mínimo para o motorista, cintos de segurança individuais para todos os ocupantes, tacógrafo quando exigido pela legislação, além de todos os equipamentos obrigatórios previstos no Código de Trânsito Brasileiro e demais normas aplicáveis.

1.3 O objeto abrange, ainda, a prestação do serviço com condutores devidamente habilitados e aptos ao desempenho das atividades contratadas, os quais serão disponibilizados pela contratada conforme a necessidade de execução do serviço, sem dedicação exclusiva de mão de obra e sem permanência obrigatória de empregados da contratada à disposição exclusiva da PortosRio. Permanecerão sob responsabilidade da contratada o fornecimento de combustível, a realização de manutenção preventiva e corretiva, a contratação e manutenção de seguro total com cobertura contra terceiros para danos materiais, corporais e pessoais, a manutenção da documentação e do licenciamento regular dos veículos, a substituição de veículos indisponíveis, o monitoramento da operação e todos os demais insumos, encargos e providências necessários à adequada execução contratual.

1.4 O serviço abrangerá o transporte de empregados e demais usuários autorizados pela PortosRio, em deslocamentos vinculados às atividades da Companhia, inclusive para atendimento das necessidades relacionadas ao Porto de Itaguaí, com destaque para a garantia de transporte dos empregados que ali prestam serviço no trajeto de ida e retorno, conforme previsto no Acordo Coletivo de Trabalho celebrado entre a Companhia e o Sindicato dos Portuários do Rio de Janeiro, bem como para o atendimento dos empregados que atuam em regime de escala, sem prejuízo do transporte funcional entre unidades, do apoio às atividades da Guarda Portuária, dos deslocamentos para cursos, capacitações, treinamentos, fiscalizações, inspeções, diligências, recepção de comitivas institucionais, visitas técnicas, potenciais arrendatários e demais demandas administrativas e institucionais compatíveis com o interesse da PortosRio.

1.5 A contratação deverá assegurar a execução do serviço em condições de regularidade, continuidade, segurança, conforto mínimo, previsibilidade operacional e aderência às exigências próprias do ambiente portuário, inclusive quanto à observância das normas de acesso, credenciamento, circulação, segurança patrimonial e controle operacional aplicáveis aos complexos sob gestão da Companhia.

1.6 Do quantitativo total de 11 vans, 6 unidades serão destinadas ao atendimento de linhas operacionais regulares vinculadas ao Porto de Itaguaí e às rotas correlatas, inclusive à linha circular da Guarda Portuária no Porto do Rio de Janeiro e ao atendimento das necessidades de transporte funcional dos empregados vinculados ao Porto de Itaguaí, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, observados os itinerários e horários definidos pela PortosRio.

1.7 As 6 vans referidas no subitem anterior deverão atender, em caráter inicial, às seguintes linhas operacionais:

1.7.1 Linha 1. Porto de Itaguaí x Centro do Rio de Janeiro. Veículo tipo van de 16 lugares com motorista, destinado ao atendimento dos empregados lotados na Superintendência da Guarda Portuária no Porto de Itaguaí. Itinerário de ida, todos os dias, com saídas às 00:00h, 06:00h, 11:30h e 17:30h, compreendendo os seguintes trajetos e itinerários: Via Binário do Porto, Estacionamento da Guarda Portuária, Rodoviária Novo Rio, Avenida Brasil pela pista lateral, Estrada Rio-Santos e Porto de Itaguaí. Itinerário de volta, todos os dias, com saídas às 03:00h, 09:00h, 15:00h e 21:00h, compreendendo Porto de Itaguaí, Estrada Rio-Santos, Avenida Brasil pela pista lateral, Rodoviária Novo Rio e Via Binário do Porto, no Estacionamento da Guarda Portuária.

1.7.2 Linha 2. Porto de Itaguaí x Centro do Rio de Janeiro. Veículo tipo van de 16 lugares com motorista, destinado ao atendimento dos empregados lotados na Superintendência do Porto de Itaguaí. Itinerário de ida, somente em dias úteis, com saída às 06:00h, compreendendo Rodoviária Novo Rio, Avenida Brasil pela pista lateral, Estrada do Mendanha, West Shopping, Rua Aricuri, Estrada do Campinho, Avenida Brasil pela pista lateral, Estrada Rio-Santos e Porto de Itaguaí. Itinerário de volta, somente em dias úteis, com saída às 17:00h, compreendendo Porto de Itaguaí, Estrada Rio-Santos, Avenida Brasil pela pista lateral, Estrada do Campinho, West Shopping, Estrada do Mendanha, Avenida Brasil pela pista lateral e Rodoviária Novo Rio.

1.7.3 Linha 3. Porto de Itaguaí x Centro de Itaguaí. Veículo tipo van de 16 lugares com motorista, destinado ao atendimento dos empregados lotados na Superintendência do Porto de Itaguaí no horário de almoço, até o Centro da Cidade de Itaguaí. Itinerário de ida, somente em dias úteis, com saída às 12:00h, compreendendo Porto de Itaguaí, Estrada Rio-Santos e Centro de Itaguaí. Itinerário de volta, somente em dias úteis, com saída às 13:15h, compreendendo Centro de Itaguaí, Estrada Rio-Santos e Porto de Itaguaí.

1.7.4 Linha 4. Porto de Itaguaí x Centro do Rio de Janeiro. Veículo tipo van de 16 lugares com motorista, destinado ao atendimento dos empregados da Superintendência do Porto de Itaguaí que laboram em escala de revezamento. Itinerário de ida, todos os dias, com saídas às 06:00h e 17:00h, compreendendo INTO, Avenida Brasil pela pista lateral, Transolímpica, Avenida Geremário Dantas, na altura do Supermarket Tanque, Transolímpica, Avenida Brasil pela pista lateral, Estrada Rio-Santos e Porto de Itaguaí. Itinerário de volta, todos os dias, com saídas às 08:00h e 20:00h, compreendendo Porto de Itaguaí, Estrada Rio-Santos, Avenida Brasil pela pista lateral, Transolímpica, Avenida Geremário Dantas, na altura do Supermarket Tanque, Transolímpica, Avenida Brasil pela pista lateral e INTO.

1.7.5 Linha 5. Sede da Guarda Portuária, no Rio de Janeiro, x Porto do Rio de Janeiro, em circuito circular. Veículo tipo van de 16 lugares com motorista, destinado ao atendimento da rendição dos empregados da Superintendência da Guarda Portuária lotados no Porto do Rio de Janeiro. Itinerário, todos os dias, com saídas às 01:00h, 07:00h, 13:00h e 19:00h, compreendendo Sede da Guarda Portuária, na Via Binário do Porto, Elevado do Gasômetro, Avenida Rio de Janeiro, entrada no Porto do Rio de Janeiro pelo Portão nº 24, Portão do Caju, Portão nº 18, saída do Porto do Rio de Janeiro pelo portão localizado entre os armazéns 6 e 7, retorno à Sede da Guarda Portuária e Via Binário do Porto.

1.7.6 A sexta van operacional corresponderá à unidade necessária à adequada cobertura das linhas regulares acima descritas, considerando a frequência diária das viagens, a simultaneidade de horários, a necessidade de continuidade da operação e o reforço logístico exigido para o atendimento regular das necessidades de transporte funcional vinculadas ao Porto de Itaguaí, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, bem como das rotinas funcionais e operacionais da Companhia naquela localidade.

1.7.7 Os itinerários, pontos intermediários, horários e rotas descritos neste Termo de Referência poderão sofrer ajustes operacionais promovidos pela PortosRio, desde que mantida a natureza da operação, o equilíbrio contratual e os limites ordinários de execução previstos na contratação.

1.8 As 5 vans remanescentes serão destinadas ao atendimento de demandas administrativas, institucionais e operacionais complementares da PortosRio, em regime de disponibilização à PortosRio, observada franquia-base de 5.000 quilômetros por veículo ao mês, para utilização em deslocamentos funcionais, diligências, inspeções, fiscalizações, cursos, treinamentos, reuniões, transporte entre portos, recepção de comitivas e demais necessidades vinculadas ao interesse da Companhia.

1.9 A atuação dessas 5 vans administrativas não se restringirá a local específico, podendo abranger o Porto do Rio de Janeiro, o Porto de Itaguaí, o Porto de Niterói, o Porto do Forno, o Porto de Angra dos Reis e demais deslocamentos urbanos, intermunicipais e interportos, desde que autorizados pela PortosRio e compatíveis com o objeto contratual.

2. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

2.1 A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar solução contínua, estável e operacionalmente adequada para o transporte terrestre de empregados e demais usuários autorizados pela PortosRio, em atendimento às demandas institucionais, operacionais e administrativas da Companhia, com prioridade para o Porto de Itaguaí, sem prejuízo do suporte complementar ao Porto do Rio de Janeiro e às demais necessidades administrativas e logísticas da estatal.

2.2 A relevância do transporte para a PortosRio não possui caráter meramente acessório. Em ambiente portuário, a disponibilidade de estrutura logística adequada influencia diretamente a assiduidade e a pontualidade dos empregados, a coordenação das equipes, a execução de escalas, a realização de cursos e treinamentos, o cumprimento de agendas institucionais, a mobilização de grupos para fiscalizações e diligências, bem como a capacidade da Companhia de responder, com previsibilidade e segurança, a situações operacionais que exigem pronta atuação administrativa.

2.3 A ausência de solução estável de transporte, especialmente no contexto do Porto de Itaguaí, expõe a Companhia a riscos relevantes de descontinuidade do serviço, aumento de

custos indiretos, perda de eficiência administrativa, fragmentação logística e comprometimento da execução de atividades essenciais. Em vez de favorecer o planejamento e a racionalização dos fluxos de mobilidade, a inexistência de estrutura contratual adequada induz à adoção de providências pontuais, menos eficientes, com menor capacidade de atendimento e maior dificuldade de controle pela PortosRio.

2.4 A situação assume especial relevância no contexto do Porto de Itaguaí, uma vez que a necessidade de transporte de pessoal naquela unidade decorre, em especial, da obrigação de garantir o deslocamento dos empregados que ali prestam serviço no trajeto de ida e retorno de suas residências, conforme previsto no Acordo Coletivo de Trabalho celebrado entre a Companhia e o Sindicato dos Portuários do Rio de Janeiro, bem como do atendimento aos empregados que atuam em regime de escala. Nesse cenário, a contratação pretendida não atende apenas à conveniência administrativa, mas à necessidade concreta de aparelhar a PortosRio com solução apta a conferir continuidade, previsibilidade e regularidade ao suporte logístico indispensável ao funcionamento das atividades em Itaguaí.

2.5 A necessidade da contratação também decorre da insuficiência da estrutura atualmente disponível para os deslocamentos coletivos e administrativos da Companhia, quadro que se agravou após a descontinuidade da estrutura de transporte por meio dos micro-ônibus anteriormente utilizados, bem como da constatação de que a prestação de serviço com veículos atualmente disponibilizada não vem atendendo de forma adequada às necessidades concretas da PortosRio, seja sob o aspecto quantitativo, seja sob o aspecto qualitativo.

2.6 A contratação também se mostra necessária em razão da estrutura funcional da própria Companhia, especialmente porque a Guarda Portuária representa o maior quadro funcional da PortosRio, concentrando contingente expressivo de empregados e demandando frequentes deslocamentos para cursos, capacitações, reciclagens, treinamentos operacionais, rendições, reforço de escala, apoio a ações de fiscalização e demais atividades inerentes à rotina institucional.

2.7 A solução contratual pretendida permitirá o atendimento de linhas regulares e de reforço operacional, inclusive circuitos vinculados à Guarda Portuária no Porto do Rio de Janeiro e às rotinas administrativas da Companhia, conferindo maior previsibilidade e melhor capacidade de coordenação dos deslocamentos.

2.8 A PortosRio também recebe, com frequência, comitivas institucionais, delegações técnicas, representantes de órgãos públicos, potenciais investidores, interessados em projetos de arrendamento e demais visitantes estratégicos, cuja recepção e deslocamento exigem suporte logístico estruturado e compatível com o padrão institucional esperado de uma autoridade portuária.

2.9 A solução contratual pretendida contribui, ainda, para ampliar a capacidade da Companhia de apoiar ações de aproximação institucional e social, inclusive iniciativas relacionadas ao turismo no porto, à visita orientada de alunos de escolas, universidades, projetos sociais e programas educacionais, bem como ao deslocamento de equipes maiores para fiscalizações, inspeções, diligências e transportes entre portos.

2.10 Em síntese, a contratação pretendida é necessária para recompor e estruturar a capacidade logística da PortosRio após a redução da estrutura anteriormente utilizada,

superar as deficiências da prestação atualmente verificada, atender à necessidade específica de transporte funcional vinculada ao Porto de Itaguaí, especialmente quanto à garantia de deslocamento dos empregados que ali prestam serviço, conforme previsto no Acordo Coletivo de Trabalho, bem como dos empregados que atuam em regime de escala, assegurar o deslocamento do maior contingente funcional da Companhia, viabilizar cursos, operações, fiscalizações, diligências e deslocamentos interportos, bem como aprimorar o atendimento institucional a comitivas, investidores, potenciais arrendatários e ações de integração com a sociedade.

3. RESULTADOS ESPERADOS:

3.1 Espera-se, com a contratação, assegurar a continuidade dos deslocamentos funcionais e operacionais vinculados à PortosRio, especialmente aqueles relacionados ao Porto de Itaguaí, às linhas regulares, ao circuito da Guarda Portuária no Porto do Rio de Janeiro e às demandas administrativas da Companhia.

3.2 Espera-se, ainda, a redução de improvisações logísticas, a melhoria da governança operacional, a racionalização dos deslocamentos, a elevação do padrão de segurança do transporte de passageiros e a maior previsibilidade na execução de rotinas funcionais, institucionais e administrativas.

3.3 Também se pretende obter maior eficiência no apoio a cursos, treinamentos, fiscalizações, diligências, reuniões, visitas técnicas, recepção de comitivas e demais atividades que exijam transporte institucional coordenado, inclusive entre diferentes portos sob administração da Companhia.

4. ENQUADRAMENTO COM O PLABS

4.1 O objeto da presente contratação não constou inicialmente no Plano de Aquisições da PortosRio, tendo sido necessária a autorização prévia da Diretoria Executiva para o prosseguimento da instrução. A matéria foi submetida à DIREXE, que, na 2819ª Reunião, realizada em 10/04/2026, autorizou o prosseguimento da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte de pessoal para atendimento aos empregados que atuam nos portos do Rio de Janeiro e de Itaguaí, bem como às demandas institucionais e administrativas da Companhia, conforme documento juntado aos autos.

4.2 A ausência de previsão inicial no PLABS encontra-se justificada em documento apartado juntado aos autos, considerando a evolução da demanda, a necessidade de redimensionamento da solução logística, a insuficiência da estrutura anteriormente disponível, as necessidades operacionais e administrativas descritas no Estudo Técnico Preliminar e a autorização expressa da Diretoria Executiva para o prosseguimento da contratação.

5. CRITÉRIOS DE PARCELAMENTO OU AGRUPAMENTO EM LOTES

5.1 A contratação não deverá ser parcelada em lotes ou itens autônomos, considerando a natureza integrada da solução pretendida, a necessidade de responsabilização unificada da futura contratada pela frota, pelos motoristas, pelo combustível, pela manutenção, pelos seguros, pelo monitoramento e pelos controles operacionais, bem como a conveniência administrativa de gestão centralizada do serviço.

5.2 O agrupamento em solução única mostra-se mais vantajoso por favorecer maior previsibilidade orçamentária, padronização operacional, simplificação da fiscalização, melhor comparabilidade entre propostas e menor risco de descontinuidade na execução.

6. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS

6.1 O objeto descrito neste Termo de Referência enquadra-se como serviço comum, porquanto seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no instrumento convocatório, por meio de especificações usuais de mercado, critérios técnicos claros e parâmetros verificáveis de execução.

6.2 O serviço também se caracteriza como contínuo, uma vez que se destina ao atendimento de necessidade administrativa permanente da PortosRio, relacionada ao suporte logístico das atividades operacionais, institucionais e administrativas da Companhia.

6.3 O serviço ora pretendido é contínuo e comum, mas não se caracteriza como serviço com dedicação exclusiva de mão de obra, uma vez que a contratação não exige que empregados da contratada permaneçam à disposição exclusiva da PortosRio, tampouco impede o compartilhamento de recursos humanos e materiais da contratada em outras contratações, desde que preservada a adequada execução do objeto e o atendimento integral das rotas, horários, demandas e níveis de serviço estabelecidos neste Termo de Referência.

7. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIOS

7.1 Não será admitida a participação de empresas em regime de consórcio, visto que o objeto não possui alta complexidade técnica ou dimensão econômica extraordinária que justifique a soma de capacidades empresariais distintas, além de haver no mercado empresas aptas a executar, individualmente, os serviços pretendidos.

8. REGIME DE EXECUÇÃO

8.1 A execução contratual ocorrerá em regime de prestação contínua, mediante disponibilização de frota, motoristas e estrutura operacional aptos a assegurar o atendimento regular das necessidades da PortosRio durante toda a vigência do contrato.

8.2 A contratação adotará o regime de execução por empreitada por preço global, sendo o critério de julgamento da futura licitação o de menor preço global, compatível com a definição prévia do escopo, com a previsibilidade dos encargos ordinários da execução e com a necessidade de concentrar, em um único ajuste, a disponibilização da frota, da mão de obra dedicada, do combustível, da manutenção, dos seguros, da regularidade documental e dos demais insumos indispensáveis ao funcionamento contínuo do serviço.

8.3 O regime de execução adotado não implica dedicação exclusiva de mão de obra. A contratação tem por finalidade a prestação de serviço contínuo de transporte terrestre, com disponibilização de veículos, condutores habilitados, combustível, manutenção, seguros, monitoramento, relatórios e demais insumos necessários à execução, permanecendo a gestão operacional dos recursos humanos e materiais sob responsabilidade da contratada.

8.4 A execução será organizada em dois grupos operacionais: 6 vans destinadas a rotas regulares, com itinerários e horários definidos pela PortosRio, e 5 vans destinadas ao apoio administrativo, institucional e operacional, com franquias-base de 5.000 km por veículo ao

mês e apuração de eventual quilometragem excedente, quando previamente autorizada, comprovada e atestada.

8.5 As vans destinadas ao atendimento das demandas de Itaguaí deverão operar em rotas fixas, nos itinerários e horários definidos pela PortosRio, integrando a estrutura principal do serviço.

8.6 As 5 vans destinadas ao atendimento das demandas administrativas, institucionais e operacionais complementares da Companhia serão executadas em regime de disponibilização mensal com franquia de 5.000 quilômetros por veículo por mês, observada a possibilidade de quilometragem excedente, a ser apurada e validada pela fiscalização.

8.7 A utilização das vans administrativas dependerá de solicitação ou autorização da área competente (GERSEG) da PortosRio, devendo ser registrada a finalidade do deslocamento, data, horário, itinerário, unidade demandante, quilometragem estimada e, após a execução, quilometragem efetivamente realizada.

8.8 A quilometragem excedente à franquia mensal somente será reconhecida para fins de pagamento quando previamente prevista no contrato, devidamente autorizada, objetivamente mensurada, comprovada por relatório operacional e atestada pela fiscalização.

8.9 A contratada deverá assegurar continuidade, regularidade, segurança e previsibilidade na prestação dos serviços, de modo a garantir o cumprimento dos itinerários fixos, o atendimento das solicitações administrativas autorizadas e a pronta recomposição da frota em caso de indisponibilidade de qualquer veículo.

9. PRESTAÇÃO DE GARANTIAS

9.1 A empresa contratada deverá, no prazo máximo de 10 dias úteis após a assinatura do instrumento contratual, apresentar à fiscalização a garantia no valor correspondente a 5 por cento do valor global do contrato.

9.2 A garantia poderá ser prestada por qualquer das modalidades admitidas na Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento de Licitações e Contratos da PortosRio.

9.3 A garantia destinar-se-á a assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratuais, inclusive multas eventualmente aplicadas, ressarcimento de prejuízos causados à PortosRio e demais hipóteses legal ou contratualmente previstas.

9.4 A exigência de garantia contratual justifica-se em razão da natureza contínua do serviço, do valor estimado da contratação, da necessidade de assegurar a continuidade operacional do transporte de pessoal, da obrigação de substituição tempestiva de veículos, da cobertura de eventuais prejuízos decorrentes de inexecução total ou parcial e da relevância do serviço para as atividades administrativas, operacionais e institucionais da PortosRio.

9.5 A garantia contratual não decorre da caracterização do objeto como serviço com dedicação exclusiva de mão de obra, hipótese expressamente afastada neste Termo de Referência, mas da necessidade de resguardar a PortosRio contra riscos contratuais ordinários relacionados à execução do objeto.

9.6 Em caso de aditamento contratual que importe elevação do valor total do ajuste, a contratada ficará obrigada a reforçar proporcionalmente a garantia prestada.

9.7 A garantia somente será devolvida à contratada após o encerramento da execução contratual, o integral cumprimento das obrigações assumidas e a verificação da inexistência de débitos ou pendências contratuais imputáveis à contratada.

10. PRAZOS DE EXECUÇÃO E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

10.1 O início da execução deverá ocorrer em até 10 dias corridos contados da assinatura do contrato, salvo prazo diverso expressamente fixado pela PortosRio em razão da mobilização operacional.

10.2 O recebimento dos serviços será realizado mensalmente, mediante verificação da regularidade da execução, da disponibilidade da frota, do cumprimento das linhas fixas operacionais, da disponibilização das vans administrativas, da regularidade documental, da apresentação dos relatórios operacionais e da validação da quilometragem ordinária e da eventual quilometragem excedente das vans sujeitas à franquia mensal, quando cabível.

10.3 O atesto mensal pela fiscalização dependerá da comprovação da efetiva prestação dos serviços, em conformidade com este Termo de Referência e com as determinações da PortosRio.

11. EXIGÊNCIAS ESPECÍFICAS PARA OPERAÇÃO EM ÁREA PORTUÁRIA

11.1 Considerando que parte relevante da execução contratual ocorrerá em áreas sujeitas à administração portuária, a controles de acesso, a protocolos de segurança institucional e a regras específicas de circulação, a contratada deverá observar, sem custo adicional para a PortosRio, todas as exigências operacionais, documentais e procedimentais necessárias à plena aptidão da frota e dos motoristas para ingresso, permanência e circulação nas áreas abrangidas pelo contrato.

11.2 Caberá à contratada providenciar, previamente ao início da execução e sempre que necessário ao longo da vigência contratual, o credenciamento dos veículos e dos motoristas perante a autoridade portuária competente, bem como a apresentação de documentos, cadastros, registros, identificações, autorizações e demais requisitos exigidos para acesso às áreas controladas, observadas as normas aplicáveis em cada local de atuação.

11.3 A contratada deverá cumprir integralmente as normas internas de circulação, segurança, cadastro, inspeção e identificação veicular e pessoal, incluindo, quando cabível, procedimentos de vistoria, inspeção de segurança, controle de entrada e saída, regras de trânsito interno, identificação visual, uso de credenciais e demais exigências fixadas pela PortosRio, pela autoridade portuária ou pelos órgãos intervenientes competentes.

11.4 A execução contratual deverá observar as regras aplicáveis de proteção portuária, segurança patrimonial, controle de acesso e circulação em área alfandegada ou controlada, bem como as orientações expedidas pela PortosRio, pela Guarda Portuária e pelos demais órgãos com atuação na área.

11.5 O eventual impedimento de acesso decorrente de irregularidade documental, ausência de credenciamento, falha de cadastro, descumprimento de protocolo de segurança

ou qualquer outra situação atribuível à contratada não constituirá justificativa para interrupção do serviço, atraso da execução ou descumprimento de obrigação contratual.

12. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

12.1 A licitante deverá comprovar habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira, na forma da legislação aplicável, do edital e deste Termo de Referência.

12.2 Na qualificação técnica, a licitante deverá apresentar atestado ou atestados de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado que demonstrem a execução satisfatória de serviços de transporte de passageiros compatíveis, em características, natureza e complexidade operacional, com o objeto licitado.

12.3 Para fins de compatibilidade técnica, serão considerados pertinentes atestados que evidenciem experiência na prestação de serviços de transporte terrestre de pessoal com disponibilização de veículos e motoristas.

12.4 A PortosRio poderá solicitar, em caráter de diligência, informações complementares para comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, incluindo cópia do contrato que lhes deu suporte, endereço da contratante, local em que os serviços foram prestados e outros elementos pertinentes.

12.5 Poderá ser exigida declaração de que a licitante dispõe, ou de que terá disponibilidade até o início da execução contratual, de estrutura operacional apta ao atendimento do objeto, compreendendo frota compatível, motoristas habilitados, suporte operacional, manutenção, combustíveis, seguros e demais recursos necessários à plena execução dos serviços.

12.6 Considerando que o presente objeto não envolve dedicação exclusiva de mão de obra, não serão exigidos, como condição de habilitação, documentos próprios de contratos com dedicação exclusiva, tais como planilha individualizada de composição de custos de postos de trabalho, comprovação de alocação exclusiva de empregados, conta-depósito vinculada ou estrutura de fiscalização trabalhista mensal típica desse regime, sem prejuízo da exigência de regularidade fiscal, trabalhista, técnica e econômico-financeira prevista na legislação, no edital e neste Termo de Referência.

13. VALOR ESTIMADO

13.1 O valor estimado da contratação é de R\$ 8.637.740,04 para o período inicial de 12 meses, correspondente ao valor mensal estimado de R\$ 719.811,67, conforme pesquisa de preços, mapa comparativo e documentos de suporte juntados aos autos, sem prejuízo de eventual atualização ou retificação pela área competente antes da deflagração do certame.

13.2 A estimativa considera a modelagem operacional composta por 6 vans vinculadas a rotas regulares e 5 vans destinadas ao apoio administrativo, institucional e operacional, estas com franquias-base de 5.000 km por veículo ao mês, totalizando franquias mensais estimadas de 25.000 km para esse grupo, admitida a apuração de quilometragem excedente apenas quando prevista contratualmente, autorizada, comprovada e atestada pela fiscalização.

Subtotal Rotas Operacionais	Valor Unitário da Frota Administrativa	Quantidade Ajustada	Novo Subtotal Frota Administrativa	Valor Global Mensal Ajustado	Valor Global Anual Ajustado
R\$ 490.746,67	R\$ 45.813,00	5	R\$ 229.065,00	R\$ 719.811,67	R\$ 8.637.740,04

Quilometragem excedente

Valor	Valor por km excedente
Média	R\$ 8,66/km

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários próprios da PortosRio, observada a disponibilidade orçamentária, a reserva orçamentária e o remanejamento devidamente autorizado nos autos pelas áreas competentes, pela SUPJUR e pela DIREXE.

14.1.1 Registra-se que o remanejamento orçamentário autorizado contempla o valor estimado de R\$ 8.637.740,04, inicialmente vinculado à Conta nº 221401001 – Demandas Judiciais Trabalhistas / Ação nº 20102001 – Demandas Judiciais Trabalhistas, com indicação de utilização, para fins de adequada classificação da despesa, da Conta nº 228601003 – Serviços de Condução de Veículos / Ação nº 20901002 – Condução de Veículos/Motoristas.

14.1.2 A efetiva execução da despesa deverá observar a classificação orçamentária indicada pela área competente, bem como a compatibilidade entre o valor estimado da contratação, a reserva orçamentária disponível e os atos de remanejamento juntados aos autos.

14.2 Considerando tratar-se de contratação com vigência inicial de 12 meses, com possibilidade de execução abrangendo mais de um exercício financeiro, deverá ser observada a previsão orçamentária proporcional ao exercício corrente, sem prejuízo do acompanhamento da disponibilidade orçamentária nos exercícios subsequentes, conforme o cronograma de execução, a programação financeira da Companhia e as normas internas aplicáveis.

15. PAGAMENTO

15.1 O pagamento das notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes será efetuado pela PortosRio no prazo de até 30 dias consecutivos, contados da data de sua apresentação, devidamente conferida e certificada pela fiscalização, mediante ordem bancária a ser creditada em conta corrente da contratada.

15.2 As notas fiscais deverão ser apresentadas sem emendas, rasuras ou ressalvas, observada a legislação fiscal vigente, contendo os elementos necessários à identificação do contrato e da execução correspondente.

15.3 Havendo erro nas notas fiscais, divergência de informações, ausência de documentação comprobatória ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o documento será devolvido à contratada e o pagamento ficará pendente até a regularização.

15.4 Juntamente com as notas fiscais, a contratada apresentará a documentação relativa à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, bem como os documentos operacionais e relatórios exigidos para o atesto da execução.

15.5 Eventual situação de irregularidade fiscal da contratada não impede, por si só, o pagamento dos serviços efetivamente prestados e atestados, sem prejuízo da adoção das providências cabíveis no âmbito administrativo e contratual.

15.6 Considerando que o presente objeto não envolve dedicação exclusiva de mão de obra, não será exigida conta-depósito vinculada, retenção mensal de verbas trabalhistas ou fiscalização documental mensal típica de contratos com dedicação exclusiva, sem prejuízo da exigência de manutenção das condições de habilitação, regularidade fiscal e trabalhista, apresentação de nota fiscal/fatura, relatórios operacionais, comprovação da execução dos serviços e demais documentos necessários ao atesto e pagamento.

16. VIGÊNCIA

16.1 O prazo de duração do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, desde que haja concordância formal das partes e disponibilidade orçamentária por parte da PORTOSRIO, observada a limitação de duração prevista no artigo 71 da Lei nº 13.303/16.

16.2 Considerando a natureza do objeto, não se identifica, em princípio, necessidade de plano de transição complexo ao final da vigência contratual, uma vez que a contratação consiste na prestação de serviço contínuo de transporte com disponibilização de veículos e insumos pela contratada, sem transferência de tecnologia, sistemas proprietários essenciais ou absorção de estrutura operacional pela PortosRio.

16.3 Sem prejuízo disso, a contratada deverá assegurar a continuidade regular dos serviços até o último dia de vigência contratual ou até a data formalmente definida pela PortosRio, observadas as condições contratuais, devendo colaborar com a fiscalização para entrega de relatórios, registros de execução, controles de quilometragem e demais informações necessárias ao encerramento contratual.

17. REAJUSTE

17.1 Os preços contratados poderão ser reajustados após o interregno mínimo de 12 meses, contado da data da proposta ou do orçamento a que ela se referir, mediante aplicação do IPCA/IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo, salvo se, antes da publicação do instrumento convocatório, a área competente identificar índice setorial ou específico mais adequado à variação dos custos do objeto.

17.1.1 A adoção do IPCA/IBGE justifica-se, no presente caso, em razão da natureza composta do objeto, que envolve veículos, combustível, manutenção, seguros,

monitoramento, regularidade documental, suporte operacional e demais custos indiretos associados à prestação do serviço, não se identificando, até o momento, índice setorial único que reflita integralmente a variação de todos os componentes econômicos da contratação.

17.1.2 O reajuste não se confunde com repactuação, uma vez que o presente contrato não possui dedicação exclusiva de mão de obra. Eventual revisão extraordinária de preços dependerá de demonstração de fato superveniente, imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, com efetiva comprovação do impacto sobre a execução contratual.

18. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

18.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução contratual serão exercidos por empregados formalmente designados pela PortosRio, cabendo-lhes verificar a conformidade da prestação dos serviços, a disponibilidade da frota, a regularidade dos motoristas, a observância das rotas e horários, a qualidade do atendimento, a quilometragem executada e o cumprimento das demais obrigações previstas neste Termo de Referência e no contrato.

18.2 Todas as ordens, comunicados, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a fiscalização e a contratada serão realizados por escrito, devendo ser anotados em registro próprio.

18.3 A fiscalização poderá determinar a correção de falhas, a substituição de motorista, a substituição de veículo, o saneamento de irregularidade documental, a recomposição da execução e outras providências necessárias ao fiel cumprimento do contrato.

18.4 O procedimento de fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, vício, falha operacional ou dano decorrente da execução contratual.

18.5 Caso haja registro de ocorrência relacionada com a execução que possa ensejar a aplicação de penalidade, o gestor ou a fiscalização dará ciência do ocorrido à área competente da PortosRio, para fins de apuração e eventual aplicação de sanção, na forma da regulamentação interna.

18.6 A fiscalização deverá verificar a conformidade da execução com os parâmetros definidos neste Termo de Referência, especialmente quanto à disponibilidade dos veículos, regularidade documental, cumprimento de rotas e horários, credenciamento de veículos e condutores, relatórios operacionais, quilometragem executada, substituição de veículos indisponíveis e atendimento às solicitações administrativas autorizadas.

18.7 A fiscalização contratual não terá por objeto o controle de jornada, a subordinação direta ou a gestão dos empregados da contratada, uma vez que a contratação não envolve dedicação exclusiva de mão de obra, permanecendo tais atribuições sob responsabilidade exclusiva da contratada.

19. SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

19.1 A contratada deverá manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade com relação a toda e qualquer informação, dado, documento, rotina operacional ou elemento institucional a que tiver acesso em razão da execução do contrato, devendo tratá-los como confidenciais,

salvo quando classificados pela PortosRio como de domínio público ou quando houver imposição legal em sentido diverso.

20. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

20.1 A contratada deverá adotar, sempre que tecnicamente viável e compatível com o objeto, práticas de sustentabilidade na execução contratual, especialmente quanto à manutenção preventiva da frota, à redução de emissões, ao uso racional de combustíveis, à destinação ambientalmente adequada de resíduos e à minimização de impactos ambientais decorrentes da operação.

20.2 Os veículos utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de ruído e de emissão de poluentes aplicáveis à respectiva categoria, observadas as normas do CONAMA, do PROCONVE e demais disposições legais e regulamentares vigentes.

20.3 A contratada deverá manter a frota em adequado estado de manutenção mecânica e ambiental, de modo a evitar emissão excessiva de poluentes, vazamentos, ruídos anormais e demais condições incompatíveis com a boa prática de operação e com a legislação aplicável.

20.4 As exigências de sustentabilidade deverão ser observadas de forma proporcional ao objeto, compatível com a disponibilidade mercadológica, a competitividade do certame e a economicidade da contratação, sem prejuízo da possibilidade de manifestação da área competente quanto à pertinência de requisitos ambientais adicionais.

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 A CONTRATADA, em caso de inadimplemento de suas obrigações, garantido o contraditório e a ampla defesa anteriormente a sua aplicação definitiva, ficará sujeita às seguintes sanções previstas no art. 82 da Lei nº 13.303/2016:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a PortosRio, por até 2 (dois) anos.

21.2 As sanções constantes dos incisos I e III do subitem anterior poderão ser aplicadas de forma cumulativa com a constante do inciso II do mesmo subitem.

21.3 São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras:

-Não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do instrumento contratual ou retirada do instrumento equivalente;

-Apresentar documento falso em qualquer processo administrativo instaurado pela CDRJ;

-Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a CDRJ em virtude de atos ilícitos praticados;

-Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

-Agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;

-Incorrer em inexecução contratual;

-Ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório;

- Ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato do procedimento licitatório;
- Ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- Agir em conluio com empresa do mesmo grupo econômico com o objetivo de manipular o caráter competitivo da licitação;
- Ter fraudado licitação pública ou instrumento contratual dela decorrente;
- Ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar instrumento contratual;
- Ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de instrumentos contratuais celebrados com a CDRJ, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- Ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos instrumentos contratuais celebrados com a CDRJ;
- Ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos;
- Ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização;
- Ter sofrido condenação definitiva por prática, por meios dolosos, de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- Ter deixado de proceder ao pagamento de salários, vale-transporte e de auxílio-alimentação dos empregados na data fixada;
- Ter deixado de cumprir com as obrigações relativas a encargos sociais, previdenciários e trabalhistas;
- Deixar de manter o nível de qualidade exigido pela CDRJ na execução do instrumento contratual, bem como deixar de evitar a sua degeneração quando for o caso

21.4 DA SANÇÃO DE ADVERTÊNCIA

21.4.1 A aplicação da sanção de advertência se efetiva com o registro da mesma junto ao SICAF ou em outro sistema próprio para este fim.

21.4.2 A reincidência da sanção de advertência ensejará a aplicação de penalidade de multa pela CDRJ.

21.5 DA SANÇÃO DE MULTA

21.5.1 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
Tabela 2	
INFRAÇÃO	

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	2
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	2
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	1
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	3
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	1
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA.	1
10	Não disponibilizar veículo substituto no prazo previsto no Termo de Referência, por ocorrência e por veículo	4
11	Atrasar de forma reiterada o cumprimento das rotas fixas, sem justificativa aceita pela fiscalização, por ocorrência	3
12	Deixar de disponibilizar motorista habilitado para execução da rota ou demanda autorizada, sem prévio aviso e sem substituição tempestiva, por ocorrência	4
13	Operar veículo sem documentação, licenciamento, vistoria, seguro ou requisito obrigatório vigente, por ocorrência e por veículo	5
14	Descumprir exigências de credenciamento, cadastro, identificação ou autorização de acesso em área portuária, por ocorrência	4
15	Deixar de apresentar relatório operacional, registro de viagens, controle de horários ou controle de quilometragem exigido para medição e fiscalização, por ocorrência	2
16	Executar deslocamento administrativo sem autorização da PortosRio, quando exigida autorização prévia, por ocorrência	3
17	Deixar de manter condições adequadas de limpeza, conservação, climatização, segurança ou conforto mínimo dos	2

	veículos, por ocorrência e por veículo	
--	--	--

21.5.2 O não pagamento da multa aplicada importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e poderá ensejar a aplicação de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CDRJ, por até 2 (dois) anos.

21.5.3 A aplicação da sanção de multa será registrada no SICAF ou em outro sistema próprio para este fim.

21.5.4. Sem prejuízo das multas moratórias e demais penalidades previstas neste Termo de Referência, poderá ser aplicada multa compensatória nos seguintes casos:

- a) inexecução total do contrato: multa compensatória de até 10% sobre o valor global do contrato;
- b) inexecução parcial do contrato: multa compensatória de até 10% sobre o valor da parcela inadimplida ou do valor correspondente à obrigação descumprida, conforme apuração da fiscalização;
- c) rescisão contratual por culpa da contratada: multa compensatória de até 10% sobre o saldo contratual remanescente, sem prejuízo da apuração de perdas e danos e demais sanções cabíveis.

21.5.5. A aplicação da multa compensatória deverá observar o contraditório, a ampla defesa, a proporcionalidade, a gravidade da conduta, a extensão do dano, a reincidência e a vantagem auferida pela contratada, se houver.

21.5.6. As disposições sancionatórias previstas neste Termo de Referência deverão ser reproduzidas ou compatibilizadas no Edital e na minuta contratual, de modo a assegurar uniformidade entre os instrumentos da contratação. Em caso de divergência identificada antes da publicação do certame

21.6 DA SANÇÃO DE SUSPENSÃO

21.6.1 Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à CDRJ, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

21.6.2 A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

21.6.3 A aplicação da sanção de suspensão será registrada no SICAF ou em outro sistema próprio para este fim.

21.6.4 Para aplicação de quaisquer das sanções previstas no subitem 13.1, a CDRJ definirá o rito apropriado, observando, em especial, o seguinte:

- Notificação formal à CONTRATADA;
- Garantia do contraditório e da ampla defesa;
- Concessão de prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentar manifestação.

21.6.5 No caso de indeferimento da defesa apresentada, e uma vez concluído o processo administrativo, a multa porventura aplicada fica, desde logo, considerada dívida líquida e

certa, ficando a CDRJ autorizada a descontar do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA o valor da multa devida.

21.6.6 Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual.

21.6.7 Se o valor do pagamento e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

21.6.8 Caso não haja o recolhimento da multa no prazo acima, em último caso, o valor da multa será cobrado judicialmente.

21.6.9 Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, aquela deverá ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da CDRJ.

21.6.10 As decisões oriundas dos processos administrativos sancionatórios serão publicadas no Diário Oficial da União (DOU).

22. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Executar os serviços em estrita conformidade com este Termo de Referência, com a proposta apresentada e com as determinações da fiscalização contratual, disponibilizando a frota, os motoristas, os insumos e a estrutura operacional necessários ao perfeito cumprimento do objeto.
- Manter, durante toda a vigência contratual, a plena disponibilidade dos veículos, em condições adequadas de funcionamento, segurança, limpeza, higienização, conservação e regularidade documental.
- Disponibilizar motoristas devidamente habilitados, capacitados, identificados e aptos ao desempenho das atividades contratadas, observando a legislação de trânsito, as exigências trabalhistas, as normas de saúde e segurança do trabalho e os protocolos operacionais aplicáveis ao ambiente portuário.
- Fornecer, sem custo adicional para a PortosRio, todos os insumos necessários à plena execução do serviço, incluindo combustível, manutenção preventiva e corretiva, seguros, peças, reposições, equipamentos obrigatórios, suporte operacional e demais providências indispensáveis à continuidade da prestação.
- Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à PortosRio, com poderes para responder pela fiel execução do contrato e com disponibilidade para recebimento de notificações, encaminhamento de providências e solução de intercorrências operacionais.
- Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.
- Guardar sigilo sobre dados, documentos, informações operacionais e demais elementos a que tiver acesso em razão da execução contratual.
- Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas e no prazo fixado pela fiscalização, os serviços, veículos ou condutas que apresentem falhas, vícios, defeitos, inadequações ou desconformidades em relação ao objeto contratado.
- Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados à PortosRio ou a terceiros em decorrência de culpa ou dolo na execução contratual.

- A contratada será integralmente responsável pela gestão de seus empregados, condutores, escalas, substituições, controles internos, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e de segurança do trabalho, não havendo subordinação direta dos profissionais à PortosRio nem dedicação exclusiva de mão de obra.
- A contratada deverá assegurar a execução integral do objeto, ainda que utilize recursos humanos ou materiais compartilhados em sua estrutura empresarial, desde que não haja prejuízo ao cumprimento das rotas, horários, demandas, níveis de serviço e obrigações estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.

23. OBRIGAÇÕES DA PORTOSRIO

- Exigir o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas pela contratada, nos termos deste Termo de Referência, do contrato e da proposta vencedora.
- Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, por meio de representantes formalmente designados, anotando ocorrências, determinando correções e adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento do ajuste.
- Definir, informar e atualizar, quando necessário, os itinerários, horários, rotas, pontos de embarque e desembarque, escalas, solicitações administrativas e demais parâmetros operacionais da execução, respeitados os limites contratuais.
- Atestar os serviços efetivamente prestados, após verificação da conformidade da execução, para fins de medição e pagamento.
- Notificar a contratada, por escrito, acerca de falhas, imperfeições, irregularidades, desconformidades ou descumprimentos verificados na execução, fixando prazo razoável para saneamento.
- Efetuar o pagamento devido nas condições e prazos estabelecidos no contrato, após a regular liquidação da despesa e o atesto da execução.
- Aplicar, quando cabível, as sanções contratuais e legais pertinentes, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- A PortosRio não exercerá gestão direta, controle de jornada, supervisão funcional ou poder disciplinar sobre os empregados da contratada, limitando-se à fiscalização da execução contratual, ao controle dos resultados, ao atesto dos serviços e à exigência de cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência, no edital e no contrato.

24. MATRIZ DE RISCOS

24.1 A matriz de riscos contratual integra a instrução da presente contratação e deverá ser observada na gestão, fiscalização e execução do contrato, especialmente quanto à alocação de responsabilidades entre PortosRio e contratada.

24.2 A matriz de riscos não se confunde com o mapa de riscos da fase de planejamento, constituindo instrumento de alocação contratual de riscos, responsabilidades, ônus financeiros e consequências decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

24.3 Os riscos ordinários da atividade empresarial da contratada, incluindo manutenção da frota, gestão de condutores, substituição de veículos, seguros, regularidade documental, custos operacionais ordinários e organização da execução, serão de responsabilidade da contratada, nos termos da matriz de riscos.

24.4 Os riscos decorrentes de alteração unilateral relevante do objeto, modificação substancial de rotas ou demandas por ato da Administração, fato do príncipe, caso fortuito,

força maior ou eventos extraordinários devidamente comprovados serão tratados conforme a matriz de riscos e as regras de reequilíbrio econômico-financeiro aplicáveis.

24.5 Eventual pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá observar a matriz de riscos, a demonstração do evento superveniente, o nexo causal, o impacto econômico efetivo e a ausência de alocação do risco à parte requerente.

25. SUBCONTRATAÇÃO

25.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

26. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

26.1 Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas CONAMA nº 1, de 11/02/1993, nº 08/1993, nº 17/1995, nº 272/2000 e nº 242/1998 e legislação superveniente e correlata.

26.2 Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.

26.3 Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão ser submetidos periodicamente ao Programa de Inspeção e 203 203 Controle de Poluição Veicular - PCPV e para a implantação de Programas de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso - I/M pelos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente e determina novos limites de emissão e procedimentos para a avaliação do estado de manutenção de veículos em uso) Manutenção de Veículos em Uso – I/M vigente, mantido pelo órgão estadual ou municipal competente, sendo inspecionados e aprovados quanto aos níveis de emissão de poluentes e ruído, de acordo com os procedimentos e limites estabelecidos pelo CONAMA ou, quando couber, pelo órgão responsável, conforme Resolução CONAMA nº 418, de 25/11/2009, complementações e alterações supervenientes.

26.4 A higienização dos veículos utilizados na prestação dos serviços deverá ser realizada de acordo com as orientações e/ou normas do Ministério da Saúde.

27. VIABILIDADE JURÍDICA DA EXECUÇÃO INDIRETA

27.1 A presente contratação refere-se à prestação de serviço contínuo de transporte terrestre de passageiros, com disponibilização de veículos, condutores habilitados, combustível, manutenção, seguros, monitoramento, relatórios e demais insumos necessários à execução, não envolvendo delegação de poder de polícia, função regulatória, atividade decisória, atribuição estratégica indelegável ou atividade típica de direção, supervisão institucional ou aplicação de sanções pela PortosRio.

27.2 A execução indireta do serviço mostra-se compatível com o Decreto nº 9.507/2018, por se tratar de atividade instrumental de apoio logístico ao funcionamento da PortosRio, destinada a assegurar deslocamentos funcionais, administrativos, operacionais e

institucionais, sem substituição de atribuições inerentes a cargos integrantes do Plano de Cargos e Salários da Companhia.

27.3 A contratação não caracteriza dedicação exclusiva de mão de obra, permanecendo sob responsabilidade da contratada a gestão de seus empregados, escalas, condutores, recursos materiais e organização operacional necessária ao cumprimento das obrigações contratuais.

28. RESPONSABILIDADES, DISPOSIÇÕES FINAIS E APROVAÇÃO

28.1 O instrumento contratual será executado fielmente pelas partes, de acordo com suas cláusulas, com este Termo de Referência, com a Lei nº 13.303/2016, com o Regulamento de Licitações e Contratos da PortosRio e com as demais disposições legais pertinentes, respondendo cada parte pelas consequências de sua inobservância total ou parcial.

28.2 A contratada assumirá total responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais, tributários, comerciais e securitários decorrentes da execução contratual, não se transferindo à PortosRio qualquer responsabilidade por seu pagamento.

28.3 Os casos omissos serão resolvidos conforme a Lei nº 13.303/2016, o Regulamento de Licitações e Contratos da PortosRio, as demais normas aplicáveis e os princípios que regem a atividade administrativa das empresas estatais.

28.4 O presente Termo de Referência integra a fase preparatória da contratação e servirá de base para a elaboração do edital, da minuta contratual e dos demais documentos do certame.

28.5 O presente Termo de Referência será submetido à aprovação das instâncias competentes da PortosRio, na forma da regulamentação interna aplicável.

ANEXO I-A

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA – DOD

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026

Órgão: Companhia Docas do Rio de Janeiro

Setor Requisitante (Unidade/Setor/Depto): **Gerencia de Serviços Gerais-GERSEG**

Responsável pela Demanda: **Victor Souza Firmo**

Registro: 9224

1. Justificativa da necessidade da contratação de serviço terceirizado, considerando o Planejamento Estratégico, se for o caso.

O presente documento trata da necessidade de realização de procedimento licitatório para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte de pessoal, com o objetivo de atender os empregados que atuam nos portos de Itaguaí e do Rio de Janeiro, bem como dar suporte às demandas administrativas, operacionais e institucionais da PortosRio. A contratação visa assegurar o deslocamento diário no trajeto residência-trabalho-residência dos empregados vinculados ao Porto de Itaguaí, em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho vigente, bem como atender os empregados que atuam em regime de escala e as demandas eventuais de transporte institucional essenciais ao funcionamento das atividades da Autoridade Portuária.

A disponibilização de transporte adequado revela-se medida necessária à continuidade operacional da Companhia, especialmente em razão de sua atuação descentralizada, com atividades desenvolvidas em diferentes complexos portuários do Estado do Rio de Janeiro, e da necessidade de garantir maior previsibilidade, regularidade, segurança e eficiência aos deslocamentos funcionais. Sob a ótica da dignidade da pessoa humana, a solução contribui para melhores condições de deslocamento, redução de riscos inerentes ao percurso e maior previsibilidade no comparecimento às atividades laborais. Sob a perspectiva da eficiência e da economicidade, o transporte coletivo favorece a racionalização de recursos públicos, a otimização logística e a adequada organização dos fluxos operacionais, ao concentrar trabalhadores em pontos estruturados de embarque e desembarque.

Não obstante, a atual empresa contratada vem apresentando falhas relevantes na execução contratual, especialmente quanto à conformidade da frota, tendo sido identificado o emprego de veículo com ano de fabricação 2012/2013, em desacordo com o limite máximo de 3 (três) anos estabelecido contratualmente. Tal irregularidade evidencia fragilidade na prestação do serviço, compromete a aderência aos requisitos contratuais mínimos e potencializa riscos operacionais, reforçando a necessidade de nova contratação capaz de assegurar o pleno atendimento aos requisitos técnicos, de segurança, regularidade e qualidade exigidos pela Administração.

2. Quantidade de serviço a ser contratada

A quantidade de veículos a ser contratada será definida pela equipe de planejamento, a qual ficará incumbida de avaliar as demandas operacionais e administrativas das áreas da Autoridade Portuária, com vistas ao adequado dimensionamento da frota necessária, considerando, dentre outros elementos, as rotas regulares vinculadas ao Porto de Itaguaí, os deslocamentos funcionais relacionados ao regime de escala, as necessidades da Guarda Portuária, o apoio às atividades administrativas e institucionais e os deslocamentos complementares entre unidades portuárias e demais localidades de interesse da PortosRio.

3. Previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços

A previsão é de que a prestação dos serviços tenha início até 25/10/2026, sem prejuízo da necessidade de antecipação da contratação, caso as intercorrências verificadas no contrato

vigente, inclusive aquelas passíveis de apuração sancionatória, comprometam a regular continuidade da execução ou revelem insuficiência da solução atualmente disponível para atendimento das necessidades da PortosRio.

4. Indicação dos membros da equipe de planejamento e se necessário o responsável pela fiscalização

NOME: Victor Souza Firmo
Registro: 9224

NOME: Anderson Pacheco de Camargo
Registro: 9056

NOME: Herculano Costa
Carneiro
Registro: 9091

ANEXO I-B

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente demanda tem por finalidade assegurar a disponibilidade de solução de transporte coletivo e administrativo apta a atender, de forma contínua, segura, eficiente e planejada, às necessidades operacionais, institucionais e administrativas da Empresa, com destaque imediato para o atendimento das necessidades vinculadas ao Porto de Itaguaí, inclusive para garantir o transporte dos empregados que ali prestam serviço no trajeto de ida e retorno, conforme previsto no Acordo Coletivo de Trabalho celebrado entre a Companhia e o Sindicato dos Portuários do Rio de Janeiro, bem como para atender os empregados que atuam em regime de escala.

A necessidade administrativa se torna ainda mais evidente diante da insuficiência da estrutura atualmente disponível para deslocamentos coletivos, especialmente após a baixa resolução do contrato dos micro-ônibus anteriormente utilizados pela Empresa Docas do Rio de Janeiro. Tal redução da estrutura de apoio impactou diretamente a capacidade institucional de atendimento das rotinas de transporte, passando a gerar limitações operacionais para deslocamento de equipes.

Ademais, o levantamento operacional realizado junto às unidades administrativas e operacionais da Empresa evidenciou que a demanda de transporte não possui natureza eventual, mas sim contínua, estruturada e vinculada diretamente à dinâmica funcional da PORTOSRIO. As informações encaminhadas pelas Superintendências e pela Guarda Portuária demonstram a existência de rotas regulares, horários críticos de assunção e rendição de serviço, deslocamentos interportos e necessidade de atendimento simultâneo de múltiplas frentes operacionais e institucionais.

No âmbito da Guarda Portuária, verificou-se a existência de operação contínua em regime de turnos, com necessidade de transporte diário de efetivo para atendimento às escalas operacionais do Porto de Itaguaí, observando-se horários fixos de entrada às 08h e às 20h, bem como saídas às 09h e 21h, em razão da dinâmica de rendição das equipes operacionais. Também foi identificada a necessidade de permanência temporária do veículo no local de destino até a conclusão da rendição operacional, em observância à escala funcional vigente.

O levantamento técnico também identificou a existência de itinerários operacionais previamente consolidados, abrangendo diversos bairros da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, incluindo Recreio dos Bandeirantes, Curicica, Sulacap, Campo Grande, Santa Cruz, Itaguaí e adjacências, organizados em rotas específicas vinculadas às turmas operacionais ALFA, BRAVO, CHARLIE, DELTA e ECHO.

No Porto do Rio de Janeiro, verificou-se igualmente demanda estruturada relacionada ao deslocamento de empregados, estagiários e efetivos operacionais, especialmente nos horários de troca de turno da Guarda Portuária, contemplando rotas regulares entre o Portão do Caju, Armazém 12 e Armazém 18, inclusive com horários específicos para reforço de assunção ao serviço, saída de plantão e fluxo administrativo.

As informações prestadas pelas áreas técnicas também demonstraram crescimento relevante da demanda institucional relacionada a visitas técnicas, recepção de autoridades, deslocamento de equipes de fiscalização, cobertura de agendas institucionais, transporte de equipes de comunicação e apoio a ações interportos, evidenciando a insuficiência da estrutura atualmente disponível.

No âmbito específico do Porto de Itaguaí, a presente demanda revela-se particularmente sensível. Isso porque a necessidade de estruturação do transporte de pessoal decorre, em especial, da obrigação de garantir o deslocamento dos empregados que ali prestam serviço no trajeto de ida e retorno de suas residências, conforme previsto no Acordo Coletivo de Trabalho celebrado entre a Companhia e o Sindicato dos Portuários do Rio de Janeiro, bem como do atendimento aos empregados que atuam em regime de escala. Nessa perspectiva, a solução pretendida busca conferir previsibilidade, continuidade e segurança ao suporte logístico exigido nesse contexto, reduzindo improvisações e assegurando maior regularidade operacional.

Além da necessidade de atendimento ao transporte funcional dos empregados vinculados ao Porto de Itaguaí, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, a demanda ora analisada é reforçada pelo fato de a Guarda Portuária representar o setor com maior número de empregados da PORTOSRIO, concentrando número expressivo de empregados e demandando frequentes deslocamentos para cursos, capacitações, reciclagens, treinamentos operacionais, rendições, reforço de escala e outras atividades próprias da rotina institucional. A ausência de estrutura adequada de transporte coletivo para esse contingente gera prejuízos diretos à organização administrativa, à otimização da jornada, à alocação racional de pessoal e à própria eficiência da atividade portuária, notadamente em contextos de operação que exigem presença física coordenada em diferentes pontos de atuação.

A demanda também se mostra relevante para viabilizar o deslocamento de equipes maiores em atividades de fiscalização, inspeção, vistorias técnicas, diligências operacionais e ações intersetoriais realizadas no âmbito dos portos administrados pela PORTOSRIO. Em vez de se recorrer a soluções fragmentadas, com menor capacidade de transporte e maior dificuldade de coordenação, a Administração necessita avaliar solução que permita o deslocamento conjunto de grupos de trabalho, favorecendo economicidade, racionalização dos trajetos, melhor aproveitamento da jornada e maior segurança institucional.

Outro aspecto que reforça a presente demanda está relacionado à característica descentralizada da atuação da PortosRio. A Empresa administra e opera em diferentes complexos portuários no Estado do Rio de Janeiro, o que demanda deslocamentos frequentes entre unidades, inclusive entre os portos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói, Angra dos Reis e, futuramente, Arraial do Cabo, quando ativado. Nesse contexto, evidencia-se a necessidade de solução logística aderente à realidade institucional, apta a reduzir improvisações, aumentar a previsibilidade do atendimento e permitir melhor gestão dos fluxos de mobilidade entre instalações portuárias e unidades administrativas.

A atuação descentralizada da PortosRio, com operações distribuídas entre diferentes complexos portuários do Estado do Rio de Janeiro, exige solução logística apta a assegurar deslocamentos regulares entre unidades administrativas e operacionais, bem como suporte a fiscalizações, visitas técnicas, agendas institucionais, recepção de autoridades, investidores, delegações técnicas e demais atividades vinculadas à atuação institucional da Empresa. A inexistência de estrutura adequada de transporte compromete a previsibilidade operacional, a eficiência administrativa e a adequada condução dessas atividades.

A demanda também decorre da necessidade de atendimento a diligências externas e compromissos institucionais junto a outros órgãos e entidades, inclusive deslocamentos vinculados a reuniões, inspeções, tratativas administrativas e solicitações de autoridades públicas. Em determinadas situações, a Empresa necessita conduzir equipes ao Município do Rio de Janeiro ou a outras localidades para atendimento de agendas com ministérios, autarquias, órgãos de controle, entidades setoriais e demais instituições com as quais mantém relação funcional. A inexistência de solução adequada de transporte reduz a capacidade de resposta da Administração e dificulta o cumprimento eficiente dessas agendas.

Também sob a ótica da segurança, a necessidade em análise apresenta especial relevância. O transporte coletivo estruturado, com veículos adequados, condutores habilitados, manutenção regular, seguro, rastreabilidade e controle operacional, reduz a exposição dos usuários e da própria Empresa a riscos relacionados a deslocamentos improvisados ou descentralizados. Em ambiente portuário, que possui regras próprias de acesso, circulação, segurança patrimonial e controle operacional, a existência de solução previamente estruturada revela-se especialmente importante para garantir conformidade, previsibilidade e redução de passivos administrativos.

No plano da gestão pública empresarial, a presente demanda observa os princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade e da continuidade do serviço, alinhando-se ao regime jurídico da Lei nº 13.303/2016 e às diretrizes internas da PortosRio para instrução das contratações. A necessidade identificada revela demanda recorrente e multifuncional da Empresa, a exigir solução que permita melhor definição de responsabilidades, métricas de acompanhamento, critérios de medição e padrões mínimos de qualidade, em substituição a soluções improvisadas, fragmentadas ou de baixa capacidade de atendimento.

Importa destacar, ainda, que a necessidade administrativa ora descrita aponta para a conveniência de se avaliar solução integrada, apta a concentrar em um único arranjo operacional a disponibilização de veículos, mão de obra, combustível, manutenção, seguro e demais encargos necessários à plena execução do serviço. Essa modelagem, a ser examinada no curso do ETP, tende a reduzir encargos operacionais internos, conferir maior previsibilidade à Administração e proporcionar maior segurança para futura fiscalização contratual, especialmente em contexto de uso contínuo, rotas diversas e necessidade de pronta substituição de veículos em caso de indisponibilidade.

Em síntese, a presente demanda revela-se necessária para recompor e estruturar a capacidade logística da Empresa após a descontinuidade da estrutura anteriormente utilizada; atender necessidade específica vinculada ao Porto de Itaguaí, especialmente quanto à garantia de transporte dos empregados que ali prestam serviço, conforme previsto no Acordo Coletivo de Trabalho, bem como aos empregados que atuam em regime de escala; assegurar o deslocamento do maior contingente funcional da empresa, especialmente a Guarda Portuária; viabilizar cursos, operações, fiscalizações, diligências e deslocamentos interportos; aprimorar o atendimento a comitivas, investidores e potenciais arrendatários; e ampliar ações institucionais de visitação e integração com a sociedade.

2. ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO E AO INTERESSE DA PORTOSRIO

A presente demanda alinha-se aos objetivos de continuidade operacional, segurança institucional, eficiência logística e racionalização do gasto, na medida em que busca viabilizar solução apta a assegurar maior previsibilidade, regularidade e capacidade de atendimento às necessidades de deslocamento da PortosRio. Sob a ótica do planejamento, a matéria não pode ser tratada como demanda acessória ou episódica, mas como necessidade administrativa diretamente relacionada ao suporte das atividades institucionais, operacionais e estratégicas da Empresa, especialmente em cenário de atuação descentralizada e de circulação frequente de empregados, equipes técnicas, comitivas e agentes públicos entre unidades portuárias e administrativas.

A solução em estudo mostra-se compatível com o interesse da PortosRio por permitir a concentração, em arranjo único e estruturado, dos elementos indispensáveis à adequada prestação do serviço, tais como veículos apropriados, condutores habilitados, combustível, manutenção, seguro e controles mínimos de execução. Essa lógica favorece maior integração operacional, melhor definição de responsabilidades e maior capacidade de fiscalização, evitando a fragmentação de obrigações e reduzindo o risco de descontinuidade ou de ineficiência na prestação do suporte de transporte. Trata-se, portanto, de diretriz

aderente ao planejamento institucional, à medida que permite tratar de forma sistêmica uma necessidade recorrente e multifuncional da Empresa.

Também se observa aderência às diretrizes do Manual de ETP da PortosRio, que exige a demonstração do problema administrativo a ser resolvido, a análise das alternativas disponíveis e o posicionamento conclusivo quanto à solução mais adequada e à viabilidade do atendimento da demanda. Nesse contexto, o alinhamento ao planejamento institucional não decorre apenas da utilidade prática da medida, mas da necessidade de estruturar solução tecnicamente justificável, economicamente aferível e operacionalmente compatível com as peculiaridades da atuação portuária, notadamente em ambiente que exige segurança, controle de acesso, logística coordenada e pronta resposta administrativa.

Sob o prisma do interesse empresarial da estatal, a demanda contribui para mitigar riscos de interrupção de atividades essenciais, reduzir improvisações logísticas, melhorar a governança dos custos e oferecer meio mais adequado para atendimento de demandas sensíveis em ambiente portuário, com especial destaque para o Porto de Itaguaí. A adoção de solução estruturada tende a conferir maior estabilidade à rotina administrativa, melhorar o planejamento das operações de transporte, favorecer o acompanhamento contratual e reduzir a dependência de providências pontuais, muitas vezes incapazes de atender, com a amplitude necessária, às exigências institucionais da Empresa.

Importa destacar, ainda que a necessidade de redimensionamento da solução decorre não apenas do aumento e da diversificação das demandas de transporte, mas também da constatação de que a prestação atualmente disponibilizada não vem atendendo de forma adequada às necessidades concretas da PortosRio. A experiência recente evidencia insuficiências operacionais, limitações de capacidade, inadequação da estrutura frente às rotinas da Empresa e baixa aderência às demandas reais de deslocamento, especialmente quando se considera a necessidade de transporte coletivo de equipes maiores, o atendimento entre diferentes portos, o apoio a agendas institucionais e o cumprimento de obrigações específicas em Itaguaí.

Nesse cenário, não se trata apenas de manter o modelo atualmente existente, mas de reavaliá-lo em profundidade, com vistas ao seu redimensionamento, modernidade, e à sua substituição por solução mais compatível com a realidade operacional da Empresa. A insuficiência da prestação atual demonstra que a estrutura até então empregada não mais responde de forma satisfatória ao interesse da Administração, seja sob o ponto de vista quantitativo, seja sob o aspecto qualitativo. Tal circunstância reforça a necessidade de exame criterioso de alternativa mais robusta, estável e aderente às exigências institucionais e operacionais verificadas no âmbito da PortosRio.

A medida também se harmoniza com o interesse da PORTOSRIO ao buscar solução que contemple não apenas o atendimento ordinário de rotinas administrativas, mas também o suporte a cursos, treinamentos, operações da Guarda Portuária, fiscalizações, vistorias, diligências externas, recepção de comitivas, visitas técnicas e deslocamentos interportos. Ao permitir que essas múltiplas frentes sejam atendidas por estrutura mais adequada, a solução em estudo fortalece a capacidade institucional da PortosRio e amplia a eficiência no uso dos recursos disponíveis, com reflexos positivos sobre a organização interna, a produtividade das equipes e a imagem institucional da estatal.

Em síntese, a demanda guarda plena aderência ao planejamento e ao interesse da PortosRio, pois busca enfrentar problema administrativo concreto, superar deficiências da prestação atualmente verificada, redimensionar a solução logística existente e viabilizar estrutura de transporte mais compatível com as necessidades operacionais, institucionais e estratégicas da Empresa. O tema, portanto, insere-se de forma direta na agenda de eficiência administrativa, continuidade operacional e aprimoramento da governança, corporativa, justificando seu adequado tratamento no âmbito do presente Estudo Técnico Preliminar.

Registra-se que, embora o objeto não tenha constado originalmente no Plano de Aquisições, a instrução da contratação foi submetida à autorização da Diretoria Executiva, conforme deliberação constante dos autos, devendo a justificativa específica para a não inclusão prévia no planejamento ser formalizada em documento próprio, em atendimento às recomendações jurídicas e às normas internas aplicáveis.

3. REQUISITOS FUNCIONAIS E DE DESEMPENHO DA SOLUÇÃO

A solução a ser identificada deverá ser apta a assegurar o atendimento regular, contínuo e eficiente das necessidades de transporte coletivo e administrativo da PortosRio, observadas as rotas, os quantitativos de usuários, os horários operacionais e a distribuição funcional a serem definidos pela Administração, com operação principal no Porto de Itaguaí e apoio complementar ao Porto do Rio de Janeiro, sem prejuízo de utilização nos demais complexos portuários sob gestão da Empresa, conforme a evolução da demanda e os parâmetros estabelecidos no futuro Termo de Referência.

Sob o ponto de vista funcional, a solução deverá contemplar capacidade efetiva de atendimento às linhas operacionais e administrativas da Empresa, com disponibilização de frota compatível com o volume de deslocamentos previsto, apta a suportar uso contínuo, rotinas predefinidas e demandas extraordinárias inerentes à atividade portuária. A solução deverá permitir o transporte seguro e adequado de empregados, equipes operacionais, grupos de fiscalização, participantes de treinamentos, comitivas institucionais e demais usuários vinculados às atividades da PortosRio, sem prejuízo da flexibilidade necessária para absorção de demandas supervenientes relacionadas à rotina administrativa e institucional.

No aspecto do desempenho operacional, a solução deverá assegurar previsibilidade de atendimento, regularidade de circulação, cumprimento dos itinerários fixados pela Administração e capacidade de resposta compatível com a criticidade do serviço. Mostra-se essencial que o arranjo adotado permita controle mínimo de horários, registro das viagens realizadas, acompanhamento da quilometragem executada, verificação da assiduidade do serviço e geração de evidências suficientes para fiscalização contratual, medição mensal e aferição da conformidade da execução.

A futura solução também deverá contemplar, de forma integrada, todos os elementos necessários à sua plena atividade operacional, de modo a evitar discontinuidades, sobreposição de responsabilidades ou dependência excessiva de providências complementares por parte da Administração. Nessa perspectiva, deverá ser considerada a necessidade de veículos em condições adequadas de uso, condutores habilitados e regularmente disponibilizados, abastecimento, manutenção preventiva e corretiva, cobertura securitária compatível com os riscos da operação, regularidade documental e suporte operacional suficiente para pronta recomposição do serviço em caso de indisponibilidade de veículos ou pessoal.

Em termos de padrão de qualidade, a solução deverá observar condições compatíveis com a natureza do transporte coletivo funcional, exigindo veículos em bom estado de conservação, com climatização integral, itens obrigatórios de segurança, conforto mínimo aos usuários e adequação ao perfil dos deslocamentos realizados pela Empresa. Também deverá ser avaliada a conveniência de adoção de recursos adicionais de controle e segurança, como sistemas de monitoramento, rastreamento ou CFTV, quando tecnicamente justificados e previstos no instrumento convocatório, especialmente em razão das particularidades do ambiente portuário e da necessidade de reforço à fiscalização da execução.

A solução deverá, ainda, demonstrar aderência às exigências próprias da operação em áreas portuárias, o que inclui capacidade de atendimento às normas de acesso, circulação e segurança impostas pelas autoridades competentes e pelos regulamentos

internos aplicáveis. Nesse sentido, o modelo escolhido deverá ser compatível com a necessidade de credenciamento de veículos e pessoal, observância dos protocolos de controle de acesso, atendimento às condicionantes de segurança institucional e adaptação às restrições operacionais características de ambientes regulados e fiscalizados.

Sob o enfoque da confiabilidade, a solução deverá ser apta a minimizar falhas, interrupções e atrasos que comprometam o funcionamento das atividades da Empresa. Isso exige estrutura operacional suficiente para substituição tempestiva de veículos indisponíveis, recomposição do atendimento em caso de intercorrências, manutenção da continuidade do serviço e capacidade gerencial da futura contratada para responder adequadamente às exigências da PortosRio. Em outras palavras, não basta a mera disponibilização formal de veículos, sendo necessário que a solução assegure efetiva capacidade de execução, continuidade e estabilidade operacional ao longo de toda a vigência contratual.

A solução também deverá ser economicamente mensurável e fiscalizável, com parâmetros claros para aferição do uso ordinário e extraordinário da frota. Para tanto, deverá permitir a distinção entre os itinerários fixos compreendidos na prestação regular do serviço e eventuais usos administrativos sujeitos à franquia mensal de quilometragem e cobrança por excedente, de modo a conferir transparência à medição, previsibilidade ao custo contratual e segurança à gestão do contrato.

Por fim, os requisitos funcionais e de desempenho da solução deverão refletir não apenas a necessidade imediata de transporte vinculada à realidade operacional de Itaguaí, mas também a condição institucional da PortosRio como autoridade portuária com atuação descentralizada, sujeita a múltiplas demandas de mobilidade funcional, apoio administrativo, fiscalização, capacitação de pessoal, recepção de comitivas e deslocamentos interportos. A solução, portanto, deverá ser suficientemente robusta para atender à demanda presente e, ao mesmo tempo, suficientemente estruturada para suportar a dinâmica institucional da Empresa com eficiência, segurança, continuidade e aderência ao interesse administrativo.

3.1. Requisitos Operacionais Específicos

A solução deverá contemplar capacidade operacional compatível com a dinâmica de turnos da Guarda Portuária e com os horários críticos de assunção e rendição de serviço, incluindo operação em períodos diurnos e noturnos, observando-se a necessidade de transporte de efetivo para entrada às 08h e às 20h, bem como retorno às 09h e 21h, em conformidade com a dinâmica operacional atualmente praticada.

A futura contratação deverá prever flexibilidade operacional suficiente para absorção de alterações de itinerários, inclusão de pontos intermediários e ajustes decorrentes da movimentação do efetivo, desde que mantidos os limites operacionais e de quilometragem estabelecidos contratualmente.

A solução também deverá contemplar capacidade de atendimento a rotas interportos, deslocamentos administrativos, transporte de equipes técnicas, apoio institucional, atividades de fiscalização, operações especiais, capacitações, visitas técnicas e atendimento a agendas externas da Empresa.

Para as demandas da Guarda Portuária, deverá ser avaliada a conveniência técnica da disponibilização de veículos com identificação visual institucional e eventual instalação de dispositivos de sinalização acústica e visual, quando destinados a apoio operacional, escoltas institucionais e missões especiais de segurança portuária.

4. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO

Foram consideradas, em tese, quatro alternativas principais para o atendimento da necessidade:

1. Aquisição de frota própria pela PortosRio, com gestão direta da operação;
2. Locação de veículos sem motoristas, mantendo a Companhia responsável pela força de trabalho, combustível e gestão operacional;
3. Contratação de transporte eventual por demanda, mediante chamados esporádicos;
4. Contratação de serviço contínuo com disponibilização de vans, motoristas, combustível, manutenção, seguro, monitoramento e controles operacionais.

As premissas operacionais, rotas, horários, itinerários, demandas institucionais e necessidades específicas consideradas no presente Estudo Técnico Preliminar encontram-se subsidiadas pelos levantamentos operacionais, manifestações técnicas e documentos constantes nos autos do Processo SEI nº 50905.002423/2026-96, incluindo contribuições encaminhadas pelas Superintendências e unidades operacionais da empresa, bem como pelas propostas técnicas e escalas operacionais relacionadas ao transporte funcional e institucional.

5. ANÁLISE COMPARATIVA DAS ALTERNATIVAS

Alternativa	Vantagens	Desvantagens	Conclusão
Aquisição de frota própria	Maior patrimonial domínio dos veículos.	Exige investimento inicial elevado, estrutura de manutenção, gestão de motoristas, seguros, depreciação e mobilização administrativa. Não resolve com a celeridade necessária a demanda operacional imediata, especialmente quanto à necessidade de garantir o transporte dos empregados vinculados ao Porto de Itaguaí e dos empregados em regime de escala, conforme a obrigação prevista no Acordo Coletivo de Trabalho.	Não recomendada.
Locação sem motorista	Reduz investimento em ativos.	Transfere à PortosRio a seleção, alocação e gestão de condutores, controle de jornada, combustível e passivos correlatos.	Não recomendada para o cenário atual.
Transporte eventual por demanda	Flexibilidade aparente para picos.	Baixa previsibilidade, dificuldade de garantia de atendimento, tendência a custos superiores no médio prazo e inadequação para rotas regulares e para o atendimento contínuo das obrigações de transporte	Inadequada.

Alternativa	Vantagens	Desvantagens	Conclusão
		funcional previstas no Acordo Coletivo de Trabalho.	
Serviço contínuo com vans, motorista e insumos	Entrega solução completa, reduz interfaces de gestão, amplia previsibilidade operacional e é mais aderente ao contexto portuário e às necessidades operacionais e convencionais da Empresa.	Exige planejamento robusto, fiscalização e correta definição do objeto.	Alternativa mais vantajosa.

A análise comparativa evidencia que as soluções alternativas baseadas em aquisição de frota própria, locação simples de veículos ou contratação eventual por demanda não atendem adequadamente à realidade operacional identificada no âmbito da PORTOSRIO. O levantamento técnico realizado junto às unidades operacionais demonstrou a existência de rotas fixas, operação contínua em regime de turnos, necessidade de transporte simultâneo de equipes, atendimento interportos, demandas institucionais recorrentes e necessidade de pronta resposta operacional, fatores que exigem solução estruturada, contínua e integrada.

A contratação de serviço completo, com fornecimento de veículos, motoristas, manutenção, combustível e suporte operacional, mostra-se mais aderente ao interesse administrativo por permitir maior previsibilidade operacional, redução de riscos de descontinuidade, melhor fiscalização contratual e maior compatibilidade com a dinâmica portuária e de segurança institucional da Empresa.

Também foi considerada, para fins de aperfeiçoamento da modelagem, a experiência da contratação atualmente vigente, objeto do Processo SEI nº 50905.000307/2020-47, a qual serviu como referência para avaliação da necessidade de aprimoramento dos parâmetros de execução, controle, fiscalização, dimensionamento operacional e continuidade do serviço. A presente modelagem, contudo, não pressupõe dedicação exclusiva de mão de obra, mas prestação de serviço contínuo de transporte, com disponibilização de veículos, condutores e insumos necessários à execução, conforme demanda operacional definida pela Administração.

6. LEVANTAMENTO OPERACIONAL DAS ROTAS E DEMANDAS

O levantamento realizado junto às unidades técnicas e operacionais da PORTOSRIO permitiu identificar a existência de demandas estruturadas e recorrentes de transporte coletivo funcional, especialmente relacionadas:

- Às operações da Guarda Portuária em regime de turnos;
- Ao deslocamento administrativo entre unidades portuárias;
- Às atividades de fiscalização operacional;
- Ao transporte de equipes técnicas e administrativas;
- Ao apoio a visitas técnicas, autoridades, investidores e comitivas institucionais;
- Às ações de comunicação institucional e cobertura operacional;
- Às operações interportos envolvendo Rio de Janeiro, Itaguaí, Angra dos Reis e demais unidades administradas pela Empresa.

O levantamento identificou, ainda, rotas operacionais já consolidadas no âmbito do Porto de Itaguaí, abrangendo múltiplos pontos de embarque e desembarque distribuídos pela Região Metropolitana, vinculados às turmas operacionais da Guarda Portuária, bem como grade horária estruturada no Porto do Rio de Janeiro para atendimento às trocas de turno, fluxo administrativo e deslocamento funcional.

As informações coletadas demonstram que a demanda possui caráter contínuo, operacionalmente crítico e incompatível com soluções eventuais ou improvisadas, reforçando a necessidade de contratação de serviço estruturado e permanentemente disponível.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

A solução reputada mais adequada consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviço contínuo de transporte terrestre, mediante a disponibilização de vans, condutores habilitados, combustível, manutenção, seguros, monitoramento e demais insumos necessários à execução do serviço, sem caracterização de dedicação exclusiva de mão de obra. A execução será estruturada em regime de empreitada por preço global, com pagamento mensal, fiscalização por atesto, controle por relatórios operacionais e possibilidade de aferição da quilometragem efetivamente executada nas hipóteses previstas no Termo de Referência.

A adoção desse modelo mostra-se a alternativa mais eficiente sob a ótica operacional, econômica e administrativa, na medida em que concentra em um único contratado toda a responsabilidade pela execução do serviço, assegurando padronização, previsibilidade de custos e continuidade das operações, além de mitigar riscos relacionados à indisponibilidade de veículos, falhas mecânicas e gestão de pessoal.

Destaca-se, ainda, que a Empresa não dispõe de frota própria apta à execução do serviço, sendo que os veículos anteriormente existentes se encontram totalmente em desuso, em estado precário de utilidade, sem condições técnicas ou econômicas de recuperação para utilização regular. Tal circunstância afasta, de forma objetiva, a viabilidade de execução direta do serviço, reforçando a necessidade de contratação externa como medida indispensável à manutenção das atividades institucionais.

Com base na modelagem operacional consolidada, a contratação contemplará 11 vans, sendo 6 destinadas ao atendimento das linhas operacionais regulares vinculadas ao Porto de Itaguaí e rotas correlatas, inclusive a linha circular da Guarda Portuária no Porto do Rio de Janeiro, e 5 destinadas ao apoio administrativo, institucional e operacional complementar, estas com franquias mensais fixas de 5.000 km por veículo, admitida a cobrança de quilometragem excedente quando efetivamente apurada e atestada.

Caberá à contratada fornecer motoristas, combustíveis, manutenção preventiva e corretiva, seguros, documentação regular e todos os demais insumos necessários à continuidade do serviço, garantindo níveis adequados de disponibilidade, segurança e desempenho operacional.

A solução deverá considerar, minimamente, a necessidade de atendimento simultâneo das rotas operacionais do Porto de Itaguaí e do Porto do Rio de Janeiro, incluindo:

- a) atendimento às rotas operacionais vinculadas às escalas da Guarda Portuária;
- b) atendimento administrativo e institucional;
- c) deslocamentos interportos;
- d) apoio a fiscalizações, treinamentos, visitas técnicas e agendas institucionais;
- e) disponibilidade operacional para atendimento extraordinário.

Também deverá ser considerada a necessidade de segregação parcial da frota entre atividades administrativas e operacionais, especialmente para atendimento das demandas

da Guarda Portuária, em razão das peculiaridades de segurança institucional e da criticidade operacional envolvida.

Finalidade	Quantidade de Vans	Tipo de Operação
Rotas regulares Itaguaí x Região Metropolitana	4	Regular
Circular Guarda RJ	2	Regular
Apoio administrativo e institucional	5	Administrativo / Operacional

8. ESTIMATIVAS DE QUANTIDADE E PREMISSAS OPERACIONAIS

Para fins de planejamento da demanda, adota-se como premissa a necessidade de solução estruturada mediante disponibilização de frota exclusiva em padrão van, com condutores habilitados, cobertura operacional compatível com as rotinas da Empresa e capacidade suficiente para atender linhas regulares, reforço de deslocamentos vinculados à operação portuária, apoio à Guarda Portuária e demandas administrativas e institucionais da PortosRio.

A quantidade definida para atendimento da demanda, considera a necessidade de disponibilização de 11 (onze) vans, distribuídas segundo a lógica operacional atualmente identificada pela área demandante, observadas as rotinas fixas de transporte funcional, as necessidades específicas do Porto de Itaguaí, o apoio ao Porto do Rio de Janeiro e o atendimento às demandas administrativas nos portos sob administração da Empresa.

Desse quantitativo, 6 vans deverão ser consideradas, como vinculadas ao atendimento de rotas regulares entre Itaguaí, Centro do Rio de Janeiro e itinerários correlatos, inclusive para atendimento das necessidades operacionais e funcionais relacionadas ao Porto de Itaguaí, abrangendo também a linha circular da Guarda Portuária no Porto do Rio de Janeiro, conforme detalhamento a ser consolidado no Termo de Referência.

Além das vans destinadas às rotas regulares, considera-se necessária a disponibilização de 5 vans para apoio administrativo, institucional e operacional complementar, em regime de utilização sob demanda da Administração, com franquias-base estimada de 5.000 km por mês para cada veículo.

Também se adota, como premissa preliminar, que essas vans à disposição da Administração, igualmente com franquias-base estimada de 5.000 km (cinco mil quilômetros) por veículo ao mês, serão destinadas ao atendimento de deslocamentos administrativos, diligências, apoio operacional, transporte entre portos, ações institucionais, cursos, treinamentos, fiscalizações, inspeções, recepção de comitivas e demais necessidades compatíveis com o interesse da PortosRio.

Em termos consolidados, a solução em estudo parte, portanto, da seguinte distribuição operacional preliminar: 6 vans para atendimento de rotas regulares Itaguaí x Centro do Rio de Janeiro e correlatas, inclusive atendimento às necessidades de transporte funcional vinculadas ao Porto de Itaguaí, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, e à linha circular da Guarda Portuária no Porto do Rio de Janeiro; e 5 vans à disposição da Administração, com franquias-base de 5.000 km por veículo ao mês, totalizando 11 unidades.

8.1. Distribuição Operacional Preliminar da Frota

Para melhor visualização da modelagem operacional preliminar da solução em estudo, apresenta-se a seguinte distribuição estimada da frota:

Finalidade Operacional	Quantidade de Vans	Tipo de Operação	Observações
Rotas regulares Itaguaí x Região Metropolitana	4	Regular contínua	Atendimento às escalas operacionais e deslocamento funcional
Linha circular Guarda Portuária – Porto do Rio	2	Regular contínua	Atendimento às rotinas operacionais da Guarda Portuária no Porto do Rio de Janeiro, incluindo deslocamentos internos, troca de turno, apoio operacional e circulação entre pontos definidos pela Administração.
Apoio administrativo e institucional	5	Sob demanda	Fiscalizações, diligências, visitas técnicas, comitivas, treinamentos e deslocamentos interportos
Total Geral	11	-	-

8.2. Memória de cálculo e documentos de suporte da estimativa de quantidade

A estimativa de 11 vans decorre da consolidação das demandas operacionais e administrativas identificadas nos autos, observada a seguinte composição mínima:

- 4 vans destinadas às rotas regulares vinculadas ao Porto de Itaguaí e à Região Metropolitana, considerando os deslocamentos funcionais relacionados às escalas operacionais, horários de assunção e rendição de serviço e itinerários previamente identificados;
- 2 vans destinadas à linha circular da Guarda Portuária no Porto do Rio de Janeiro, considerando a necessidade de atendimento aos deslocamentos internos e rotinas operacionais relacionadas ao Portão do Caju, Armazém 12, Armazém 18 e demais pontos indicados pelas áreas usuárias;
- 5 vans destinadas ao apoio administrativo, institucional e operacional, com franquias-base de 5.000 km por veículo ao mês, para atendimento de fiscalizações, diligências, visitas técnicas, comitivas, treinamentos, deslocamentos interportos e demais demandas institucionais da PortosRio.

A estimativa considera as manifestações das áreas demandantes, os itinerários operacionais identificados, as necessidades da Guarda Portuária, as demandas administrativas e institucionais recorrentes, bem como a experiência decorrente da

contratação vigente no Processo SEI nº 50905.000307/2020-47, utilizada como parâmetro para aperfeiçoamento da modelagem. Os documentos de suporte deverão permanecer juntados aos autos, servindo de base para a consolidação final das rotas, horários, quantitativos por linha e critérios de medição no Termo de Referência.

As vans vinculadas às rotas regulares deverão atender aos itinerários, horários e frequências a serem consolidados no Termo de Referência, considerando as linhas operacionais previamente identificadas pela Administração para o Porto de Itaguaí e para os circuitos relacionados ao Porto do Rio de Janeiro, sem prejuízo de ajustes técnicos supervenientes na fase final da instrução.

As vans destinadas ao apoio administrativo deverão possuir flexibilidade operacional para atendimento das demandas da Empresa nos 5 (cinco) principais portos públicos organizados do Estado do Rio de Janeiro, quais sejam: Porto do Rio de Janeiro, Porto de Itaguaí, Porto de Niterói, Porto do Forno e Porto de Angra dos Reis, sem prejuízo da realização de deslocamentos urbanos, intermunicipais e interportos, desde que vinculados às finalidades institucionais da PortosRio.

Para os veículos destinados às demandas administrativas, adota-se como premissa de planejamento a franquia mensal estimada de 5.000 km (cinco mil quilômetros) por van, admitindo-se, na fase seguinte da instrução, a previsão de remuneração por quilometragem excedente, desde que objetivamente mensurável, previamente regulada no Termo de Referência e devidamente justificada à luz das necessidades operacionais da Empresa.

Em relação ao tipo de veículo, a solução deverá considerar vans executivas ou equivalentes, com capacidade mínima compatível com o transporte coletivo funcional e institucional, preferencialmente com lotação de 15 (quinze) passageiros, além do motorista, sem prejuízo de unidades específicas com configuração diversa quando tecnicamente justificadas pela natureza da linha ou da demanda.

A solução em estudo deverá, ainda, contemplar condutores devidamente habilitados, com CNH compatível, regularidade documental e capacitação adequada ao transporte coletivo de passageiros, bem como cobertura securitária apropriada, incluindo seguro de passageiros e responsabilidade civil contra terceiros, além de manutenção preventiva e corretiva regular da frota.

Como premissa de qualidade e segurança, considera-se recomendável que os veículos sejam apresentados em adequado estado de conservação, com padrão operacional compatível com transporte contínuo de pessoal, preferencialmente com idade máxima a ser definida no Termo de Referência, rastreamento e/ou monitoramento aptos a permitir controle operacional, segurança dos usuários e registro mínimo de itinerários e utilização da frota.

9. ESTIMATIVA PRELIMINAR DE CUSTOS

Para fins de avaliação preliminar da viabilidade econômica da contratação, adota-se como estimativa inicial o valor global de R\$ 8.637.740,04 para o período de 12 meses, correspondente ao valor mensal estimado de R\$ 719.811,67, sem prejuízo de posterior consolidação da pesquisa de preços, mapa comparativo, composição de custos e eventuais ajustes decorrentes da análise técnica da área competente.

A estimativa preliminar deverá ser acompanhada, nos autos, dos preços referenciais, memórias de cálculo e documentos de suporte, podendo a Administração preservar o sigilo dos elementos orçamentários até a conclusão da licitação, se assim entender cabível, nos termos do Manual de Elaboração do ETP.

Como premissas iniciais, a área requisitante deverá considerar os principais componentes envolvidos na prestação do serviço, tais como a disponibilização dos veículos, a disponibilização de condutores habilitados pela contratada, sem dedicação exclusiva de

mão de obra, o fornecimento de combustível, bem como demais insumos necessários à execução regular e contínua das atividades.

Deverão ser considerados, ainda, custos operacionais relacionados à disponibilização dos condutores, combustível, manutenção, seguros, regularidade documental e demais despesas necessárias à execução do serviço, observada a natureza da contratação sem dedicação exclusiva de mão de obra.

10. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO

Não se recomenda o parcelamento do objeto em múltiplos contratos independentes, pois a prestação envolve forte interdependência entre frota, motoristas, combustível, manutenção, monitoramento, escala e controle operacional. A fragmentação tende a transferir para a PortosRio custos de coordenação, riscos de descontinuidade e disputas de responsabilidade, além de enfraquecer a governança da execução.

Ressalta-se que a manutenção do objeto em lote único não implica dedicação exclusiva de mão de obra, mas apenas busca preservar a integração operacional da solução de transporte, com responsabilidade concentrada pela disponibilização dos veículos, condutores e insumos necessários à execução do serviço.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

A presente contratação possui relação com a contratação atualmente vigente de transporte de pessoal, objeto do Processo SEI nº 50905.000307/2020-47, a qual foi considerada como referência para avaliação da necessidade de continuidade, aperfeiçoamento e redimensionamento da solução logística da PortosRio.

Não se identifica, neste momento, contratação interdependente sem a qual o objeto ora estudado não possa ser executado, uma vez que a solução pretendida contempla, de forma integrada, veículos, condutores, combustível, manutenção, seguros, regularidade documental, monitoramento e controles operacionais mínimos. Eventuais interfaces com credenciamento em áreas portuárias, fiscalização contratual, controle de acesso e normas internas de segurança deverão ser tratadas como providências operacionais prévias ou obrigações da futura contratada, conforme disciplinado no Termo de Referência.

12. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Antes da celebração do contrato, deverão ser adotadas as providências necessárias à consolidação da modelagem operacional, especialmente:

- a) validação das rotas, horários e demandas pelas áreas usuárias e pela GERSEG;
- c) consolidação da pesquisa de preços e da estimativa de valor da contratação;
- d) juntada e validação, nos autos, dos elementos comprobatórios do Acordo Coletivo de Trabalho e das premissas operacionais que fundamentam a necessidade de transporte funcional dos empregados vinculados ao Porto de Itaguaí e daqueles que atuam em regime de escala;
- e) definição dos critérios de medição, fiscalização, atesto, controle de quilometragem e relatórios operacionais;
- f) elaboração de mapa de riscos em documento apartado, sem integrá-lo ao ETP;
- g) elaboração de matriz de riscos contratual, com alocação de responsabilidades entre a PortosRio e a futura contratada;
- h) confirmação da disponibilidade orçamentária e dos atos necessários à regularidade da instrução;
- i) definição das regras de credenciamento de veículos e condutores para acesso às áreas portuárias, quando aplicável

13. EXPECTATIVAS DE RESULTADOS

A contratação pretendida tem como objetivo assegurar a continuidade e a regularidade do serviço de transporte de pessoal, especialmente no atendimento às demandas operacionais vinculadas às unidades de Itaguaí e do Porto do Rio de Janeiro, inclusive para garantir o transporte funcional dos empregados do Porto de Itaguaí nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, reduzindo riscos de atrasos, descontinuidade ou comprometimento das atividades institucionais.

Espera-se, ainda, garantir o transporte regular, seguro e adequado de empregados e usuários autorizados, mediante a disponibilização de veículos em condições apropriadas de uso e condução por profissionais devidamente habilitados, em consonância com as exigências de segurança e operação em ambiente portuário.

A solução adotada permitirá a padronização da prestação do serviço, com ganhos relevantes em termos de previsibilidade operacional, rastreabilidade das rotas e maior efetividade na fiscalização contratual, por meio de instrumentos formais de controle e acompanhamento.

Adicionalmente, a contratação contribuirá para a redução da dependência de soluções pontuais e não estruturadas, que, em regra, apresentam maior custo e menor capacidade de controle, promovendo maior racionalização dos recursos e eficiência administrativa.

Por fim, espera-se melhor qualidade no serviço de transportes além do fortalecimento da segurança operacional e patrimonial, mediante a utilização de veículos e condutores previamente credenciados e aptos a operar em áreas portuárias, em ambiente regulado e controlado, em conformidade com as normas aplicáveis e com as diretrizes institucionais da Autoridade Portuária.

14. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

A contratação possui impacto ambiental associado principalmente ao consumo de combustível fóssil e à geração de resíduos de manutenção. Como medidas mitigadoras, recomenda-se priorizar, sempre que houver aderência econômica e disponibilidade mercadológica, veículos mais novos e eficientes, manutenção preventiva periódica, destinação ambientalmente adequada de resíduos pela contratada, controle de ociosidade e rotas racionalizadas.

As exigências ambientais específicas deverão ser detalhadas no Termo de Referência, de forma proporcional ao objeto e compatível com a disponibilidade mercadológica, a economicidade e a competitividade do certame.

15. RISCOS RELEVANTES DO PLANEJAMENTO

Segue anexo aos autos o Mapa de Riscos.

16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

À luz da necessidade identificada, da análise das alternativas disponíveis e das diretrizes estabelecidas pela Lei nº 13.303/2016 e pelo Regulamento de Licitações e Contratos da PortosRio, conclui-se pela viabilidade técnica, operacional e administrativa da contratação de serviço contínuo de transporte terrestre de pessoal, mediante disponibilização de vans, condutores habilitados e insumos correlatos necessários à execução do serviço, sem caracterização de dedicação exclusiva de mão de obra, em regime de empreitada por preço global.

A solução proposta revela-se adequada sob os aspectos de eficiência, economicidade e continuidade do serviço, especialmente diante da inexistência de frota própria apta à execução das atividades, bem como da inviabilidade de utilização dos veículos anteriormente pertencentes à Companhia, atualmente em estado de inoperância e precariedade.

A modelagem adotada permite maior controle da execução contratual, previsibilidade de custos e padronização da prestação do serviço, além de mitigar riscos operacionais associados à indisponibilidade de veículos e à gestão fragmentada da logística de transporte.

A futura contratação deverá ser processada mediante procedimento licitatório, adotando-se, em princípio, o regime de execução por empreitada por preço global e o critério de julgamento de menor preço global, sem prejuízo da consolidação, em etapa posterior, da pesquisa de preços, da minuta contratual e do mapa de risco, em conformidade com as normas aplicáveis.

Recomenda-se, como etapa subsequente, a aprovação do presente Estudo Técnico Preliminar e o prosseguimento da instrução com a elaboração do Termo de Referência definitivo, contemplando a consolidação dos quantitativos, cronogramas operacionais, regras de medição e pagamento, requisitos de habilitação técnica e econômico-financeira, parâmetros de fiscalização, mapa de riscos em documento apartado e matriz de riscos contratual com adequada alocação de responsabilidades.

ANEXO I-C

MAPA/MATRIZ DE RISCOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026

OBS: O ARQUIVO SERÁ DISPONIBILIZADO CONJUNTAMENTE COM ESTE EDITAL.

ANEXO II

PLANILHA DE ESTIMATIVA DE QUANTIDADES E PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026

Subtotal Rotas Operacionais	Valor Unitário da Frota Administrativa	Quantidade Ajustada	Novo Subtotal Frota Administrativa	Valor Global Mensal Ajustado	Valor Global Anual Ajustado
R\$ 490.746,67	R\$ 45.813,00	5	R\$ 229.065,00	R\$ 719.811,67	R\$ 8.637.740,04

ANEXO III

PLANILHA DE PROPOSTA DE QUANTIDADES E PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026

Subtotal Rotas Operacionais	Valor Unitário da Frota Administrativa	Quantidade Ajustada	Novo Subtotal Frota Administrativa	Valor Global Mensal Ajustado	Valor Global Anual Ajustado
		5			

Quilometragem excedente

Valor por km excedente

Local e Data:

ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL
NOME DA EMPRESA

Obs: Preencher em papel timbrado da empresa.

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026

Prezados Senhores,

Em atenção ao instrumento convocatório sob referência, declaramos que:

1. Concordamos com as disposições do instrumento convocatório sob referência e seus Anexos, principalmente com as especificações dos itens e demais condições constantes no Termo de Referência (Anexo I-A), não podendo alegar, posteriormente, desconhecimento de qualquer fato;
2. Comprometemo-nos a garantir o prazo de validade dos preços e condições da presente proposta por 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data de apresentação da proposta;
3. Asseguramos ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta, bem como das condições gerais estabelecidas no Edital, sobretudo quanto aos documentos de habilitação, estando em conformidade com estes;
4. Recebemos toda a documentação pertinente e tivemos conhecimento de todas as informações e das condições da prestação de serviços, necessárias à formulação das propostas;
5. A empresa não se enquadra em qualquer das situações previstas no art. 38 da Lei nº 13.303/2016 e no art. 5º do Decreto nº 9.507/2018;
6. Na hipótese de nossa empresa vir a ser julgada vencedora da presente licitação o(s) representantes(s) legal(is) para a assinatura do Contrato será(ão):

NOME:

CARGO:

NOME:

CARGO:

Local e Data:

ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL
NOME DA EMPRESA

Obs: Preencher em papel timbrado da empresa.

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DO FORNECEDOR RELATIVA À TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026

DECLARAÇÃO

_____(nome da empresa), CNPJ nº _____(nº CNPJ), sediada à _____(endereço completo), por seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____(nome completo), _____(cargo ou função),
DECLARA, sob as penas da lei, que os sócios ou acionistas da empresa são:

Nome:

Nome:

Nome:

Nome:

A empresa possui sócio(s), acionistas(s) ou representante(s) legal(ais):

com **grau de parentesco** com qualquer pessoa politicamente exposta? ()NÃO ()SIM. Qual(is)?
com **grau de relacionamento** com qualquer pessoa politicamente exposta? ()NÃO ()SIM. Qual(is)?

com **grau de parentesco** com pessoa ocupante de função pública? ()NÃO ()SIM. Qual(is)?
com **grau de parentesco** com qualquer integrante ou ex-integrante da PortosRio? ()NÃO ()SIM. Qual(is)?

com **grau de relacionamento pessoal** com qualquer integrante ou ex- integrante da PortosRio?
()NÃO ()SIM. Qual(is)?

que são ou foram empregados **integrante(s) ou ex integrante(s) do quadro de pessoal** da PortosRio? ()NÃO ()SIM. Qual(is)?

que **ocupam ou ocuparam** cargos públicos? ()NÃO ()SIM. Qual(is)?

que possui(em) **relação de sociedade** com outra(s) empresa(s) que já prestou(aram) serviço(s) para PortoRio? ()NÃO ()SIM. Qual(is)?

que **presta ou prestou serviços** à outra(s) empresa(s) que presta ou já prestou serviço para PortosRio? ()NÃO ()SIM. Qual(is)?

Diante das possíveis penalidades previstas em lei (cíveis, administrativas e penais), declaro que as informações acima prestadas **são verdadeiras e exatas**.

(Local e Data)

(assinado eletronicamente)

Nome

Cargo ou Função
REPRESENTANTE

ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEI GERAL DE PROTEÇÃO
DE DADOS - LGPD**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026

DECLARAÇÃO

_____(nome da empresa), CNPJ nº
_____(nº CNPJ), sediada à
_____(endereço completo), por seu representante legal, o(a)
Sr.(a) _____(nome completo), _____(cargo ou
função), **DECLARA** para os devidos fins, para cumprimento do Contrato a ser celebrado
com a PortosRio, que:

Encontra-se em conformidade com a legislação vigente e se compromete com a garantia
de conformidade com o teor da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018; e

Realizará o objeto contratado dentro do estabelecido pela legislação, mantendo a
PortosRio informada e atualizada sobre as medidas a serem adotadas para fins de
cumprimento da legislação supracitada no que diz respeito a execução do Contrato.

(Local e Data)

(assinado eletronicamente)

**Nome
Cargo ou Função
REPRESENTANTE**

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026

Contrato Nº /2026

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO E A _____, NA FORMA ABAIXO.

A **COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO**, Empresa Pública Federal vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos, com sede na Rua Dom Gerardo, nº 35, 10º andar, Centro, nesta cidade do Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20.090-905, inscrita no CNPJ sob o nº. 42.266.890/0001-28, por diante denominada **PORTOSRIO**, representada conjuntamente neste ato pelo seu Diretor-Presidente, **FLAVIO VIEIRA DA SILVA**, portador da matrícula funcional nº 9926, e pelo seu Diretor Administrativo-Financeiro, **FRANCISCO JOSÉ DE SOUSA DIOGO**, portador da matrícula funcional nº 9927, e a _____, com sede na _____, na cidade de _____, CEP: _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo seu(sua) _____, segundo a documentação constante do Processo Administrativo nº 50905.002423/2026-96 e do Edital de Pregão Eletrônico nº 05/2026, que, independentemente de transcrição, ficam fazendo parte integrante e complementar deste instrumento, e de acordo com a autorização da Diretoria-Executiva da **PORTOSRIO** – DIREXE em sua 2826ª Reunião, realizada em 21/05/2026, têm entre si justo e avençado, celebrar o presente Contrato, com fulcro na Lei nº 13.303/2016, nos Decretos nºs 10.024/2019, 8.945/2016, 3.555/2000, 9.507/2018, na Lei Complementar nº 123/2006, na Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, no Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos), aprovado pelo Conselho de Administração da **PORTOSRIO** em sua 694ª Reunião, realizada em 25/06/2018, e atualizado em sua 868ª Reunião, realizada em 19/02/2024, disponível na página da **PORTOSRIO** na internet (www.portosrio.gov.br), menu “Licitações e Contratos”, no Instrumento Normativo de Apuração e Aplicação de Sanções Administrativas (IN.GECOMP.06.002) e nas demais disposições legais pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste instrumento a “**prestação dos serviços de transporte de pessoal nos Portos de Itaguaí e Rio de Janeiro**”, conforme as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência constante do Edital de Pregão Eletrônico nº 05/2026 e da proposta da **CONTRATADA**, anexa ao Processo nº 50905.002423/2026-96, que passam a fazer parte integrante do presente instrumento, independentemente de transcrição.

PARÁGRAFO ÚNICO

A **CONTRATADA** poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que a **PORTOSRIO** realizar, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, em conformidade com o estabelecido no art. 81, § 1º, da Lei nº 13.303/2016, bem como o Anexo X da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que não conflitar com o regime das estatais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

O valor global estimado deste Contrato é de **R\$** _____ (_____), conforme consta na Proposta da **CONTRATADA** anexa ao Processo nº 50905.002423/2026-96.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da Rubrica Orçamentária “228601003 – Serviços de Condução de Veículos”.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Nos exercícios orçamentários subsequentes ao da assinatura deste Contrato será editado apostilamento sobre a reserva orçamentária necessária para fazer frente às parcelas que serão adimplidas naqueles exercícios.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Diante da eventual inexistência ou insuficiência de recursos financeiros para fazer frente às despesas pertinentes aos exercícios subsequentes ao da assinatura deste Contrato, a **CONTRATADA** renuncia a eventuais direitos financeiros/indenizatórios decorrentes da rescisão antecipada do ajuste ou da supressão quantitativa.

PARÁGRAFO QUARTO

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS

O prazo de vigência do Contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, desde que haja concordância formal das partes e disponibilidade orçamentária por parte da PortosRio, observada a limitação de duração prevista no art. 71 da Lei nº 13.303/16 e o disposto no Anexo IX da IN SEGES nº 5/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do Contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a **PORTOSRIO** mantém interesse na realização do serviço;
- d) Seja comprovado que o valor do Contrato permanece economicamente vantajoso para a **PORTOSRIO**;
- e) Haja manifestação expressa da **CONTRATADA** informando o interesse na prorrogação;

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Em caso de prorrogação da vigência contratual, a **CONTRATADA** deverá se manifestar, por solicitação da **PORTOSRIO**, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias antes da data do término do Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O início da execução deverá ocorrer em até 10 (dez) dias corridos contados da assinatura deste Contrato, salvo prazo diverso expressamente fixado pela **PORTOSRIO** em razão da mobilização operacional.

CLÁUSULA QUARTA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO

O detalhamento da execução do objeto consta no item “1” do Anexo I – Termo de Referência do Processo Administrativo nº. 50905.002423/2026-96 do Edital de Pregão Eletrônico nº. 05/2026.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

O pagamento dos serviços pela **PORTOSRIO** será efetuado conforme o disposto nesta Cláusula, observando ainda o que dispõe o item “15” do Anexo I - Termo de Referência, constante do Processo Administrativo nº 50905.002423/2026-96 do Edital de Pregão Eletrônico nº 05/2026 e, no que couber, o Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O pagamento das notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes será efetuado pela **PORTOSRIO** no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da sua apresentação, devidamente conferida e certificada pela **FISCALIZAÇÃO**, mediante ordem bancária a ser creditada em conta corrente da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A(s) nota(s) fiscal(is) deverá(ão) ser apresentada(s) sem emendas, rasuras ou ressalvas, observada a legislação fiscal vigente.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a nota fiscal/fatura será devolvida à **CONTRATADA** pela **FISCALIZAÇÃO** e o pagamento ficará pendente, até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do

documento fiscal. Também poderá ser motivo de devolução de nota fiscal/fatura, se esta for entregue após o 5º (quinto) dia útil do mês.

PARÁGRAFO QUARTO

Na(s) nota(s) fiscal(is) é recomendado que a **CONTRATADA** faça constar, para fins de pagamento, as informações relativas ao Contrato, ao nome e número do banco, da agência e de sua conta corrente.

PARÁGRAFO QUINTO

A(s) nota(s) fiscal(is) deverão ser entregues ao respectivo Gestor ou Fiscal do Contrato, especificando o tipo de serviço com as respectivas quantidades.

PARÁGRAFO SEXTO

Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela **PORTOSRIO**, o valor devido deve ser acrescido de atualização financeira com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou, se extinto, por qualquer outro índice a ser acordado entre as partes, incidentes a partir do primeiro dia subsequente ao vencimento da obrigação até o efetivo adimplemento desta.

PARÁGRAFO SÉTIMO

Junto à nota fiscal, a **CONTRATADA** apresentará a cópia das certidões negativas de débitos com a Receita Federal/INSS e FGTS ou apresentação do Registro Cadastral no SICAF, atualizado, contendo as informações sobre validade das citadas certidões.

PARÁGRAFO OITAVO

Eventual situação de irregularidade fiscal da **CONTRATADA** não impede o pagamento, se o objeto tiver sido entregue/prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e eventual rescisão contratual.

PARÁGRAFO NONO

O imposto sobre serviços que for devido será de responsabilidade da **CONTRATADA** e pago ao Município, em guia própria, devendo posteriormente ser comprovado o seu pagamento junto à **FISCALIZAÇÃO** da **PORTOSRIO**.

PARÁGRAFO DÉCIMO

Havendo previsão na legislação vigente, a **PORTOSRIO** reterá do valor bruto da nota fiscal, fatura ou recibo de prestação de serviços o valor correspondente à 'RETENÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL'. Esses valores deverão ser recolhidos à rede bancária em nome da **CONTRATADA** até o dia 20 (vinte) do mês seguinte à emissão do respectivo documento.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

A **PORTOSRIO**, quando do pagamento da(s) nota(s) fiscal(is), procederá conforme previsão na legislação tributária à retenção dos tributos e contribuições devidos pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

A **CONTRATADA** deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura deste Contrato, apresentar à **FISCALIZAÇÃO** a garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global deste Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A garantia poderá ser realizada por qualquer das formas estabelecidas no §1º do art. 70 da Lei nº 13.303/2016.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A garantia somente será devolvida à **CONTRATADA** quando terminada a execução do Contrato e depois do integral cumprimento das obrigações assumidas e constatada a inexistência de qualquer débito com a **PORTOSRIO**, e, ainda, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Em caso de aditamento ao presente Contrato, importando tal fato na elevação de seu valor total, a **CONTRATADA** se obriga a reforçar proporcionalmente as garantias prestadas.

PARÁGRAFO QUARTO

A garantia será considerada extinta em até 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, que pode ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO

O valor será fixo e irrevogável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da **CONTRATADA**, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data limite da apresentação da proposta, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro que vier a substituí-lo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O reajuste será calculado segundo a seguinte fórmula geral:

$$R = V \times \frac{(I - I_0)}{I_0}$$

Onde:

R: valor do reajustamento;

V: valor do serviço a ser reajustado;

I₀: índice específico, referente ao mês do recebimento das propostas;

I: índice específico, referente ao mês da execução dos serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de 12 (doze) meses será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido.

PARÁGRAFO TERCEIRO

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a **PORTOSRIO** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

PARÁGRAFO QUARTO

Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

PARÁGRAFO QUINTO

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

PARÁGRAFO SEXTO

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

PARÁGRAFO SÉTIMO

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de Termo Aditivo.

PARÁGRAFO OITAVO

O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES

Este Contrato será executado fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas avençadas e as disposições da Lei nº 13.303/2016, do Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos) e demais disposições legais pertinentes, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inobservância total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A **CONTRATADA** assume a total responsabilidade pela execução plena e satisfatória dos serviços, com estrita observância da proposta e especificações técnicas, respondendo perante a **PORTOSRIO** e terceiros, por seus empregados, prepostos e contratados, além das perdas e danos porventura resultantes da ação dos mesmos.

PARÁGRAFO SEGUNDO

São expressamente vedadas à **CONTRATADA**:

- a) A contratação de empregado pertencente ao quadro de pessoal da **PORTOSRIO** durante a vigência deste Contrato;
- b) A veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da **PORTOSRIO**;
- c) A subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A **CONTRATADA** assumirá total responsabilidade sobre os serviços eventualmente executados com vícios ou defeitos, em virtude de ação, omissão, negligência, imperícia, imprudência e/ou emprego de equipamentos ou procedimentos inadequados para a execução dos mesmos.

PARÁGRAFO QUARTO

À **CONTRATADA** cabe assumir a responsabilidade por:

- a) Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a **PORTOSRIO**;
- b) Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste Contrato, ainda que acontecido em dependência da **PORTOSRIO**;
- c) Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- d) Encargos fiscais e comerciais que lhe caibam, resultantes desta contratação.

PARÁGRAFO QUINTO

A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos estabelecidos no Parágrafo anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à **PORTOSRIO**, nem pode onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a **PORTOSRIO**.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus Anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda, observando o que dispõe o item “22” do Anexo I-A – Termo de Referência, constante do Processo Administrativo nº. 50905.002423/2026-96 do Edital de Pregão Eletrônico nº. 05/2026.

PARÁGRAFO ÚNICO

O não cumprimento por parte da **CONTRATADA** dos itens constantes nesta Cláusula implicará nas sanções previstas neste Contrato e na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA PORTOSRIO

Constituem obrigações da **PORTOSRIO** aquelas previstas no item “23” do Anexo I-A – Termo de Referência, constante do Processo Administrativo nº. 50905.002423/2026-96 do Edital de Pregão Eletrônico nº. 05/2026.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO GESTOR

Fica designado(a) como Gestor(a) deste Contrato pela **PORTOSRIO**, o(a) Gerente de Serviços Gerais – GERSEG, cuja substituição somente ocorrerá por ato formal de competência do Diretor-Presidente da **PORTOSRIO** ou a quem ele delegar.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

Sob supervisão do(a) respectivo(a) Gestor(a) constante da Cláusula anterior, os serviços serão fiscalizados por empregado ou Comissão de empregados designado(s) pela **PORTOSRIO**, denominado simplesmente **FISCALIZAÇÃO**, independentemente de qualquer outro assessoramento ou acompanhamento dos serviços que venha a ser determinada pela **PORTOSRIO**, a seu exclusivo juízo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Todas as ordens, comunicados, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a **FISCALIZAÇÃO** e a **CONTRATADA**, serão realizados por escrito, devendo ser anotados em registro próprio, onde deverá constar o ciente das partes, nas ocasiões devidas, assim como as providências tomadas e seus efeitos, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A **FISCALIZAÇÃO** não excluirá nem reduzirá a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade relativa à execução dos serviços, por seus empregados, prepostos ou contratados, e, na sua ocorrência, não implicará em corresponsabilidade da **PORTOSRIO** ou de seus empregados ou prepostos.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Caso haja registro de ocorrência(s) relacionada(s) com a execução deste instrumento contratual que possa(m) ensejar a aplicação de penalidade, o Gestor ou a **FISCALIZAÇÃO** deste Contrato dará ciência do ocorrido à Corregedoria da PortosRio, através da OUVGER, para fins de apuração e, se for o caso, aplicação de sanção na forma do IN.GECOMP 06.002 – Regulamento de Apuração e Aplicação de Sanções Administrativas).

PARÁGRAFO QUARTO

A tolerância ou o não exercício pela **PORTOSRIO** de quaisquer direitos a ela assegurados neste Contrato ou na legislação não importará em novação ou renúncia a qualquer desses direitos.

PARÁGRAFO QUINTO

A **FISCALIZAÇÃO** da **PORTOSRIO** reservar-se-á o direito de impugnar os serviços que não forem realizados a contento, ficando a **CONTRATADA** na obrigação de refazê-los sem qualquer ônus para a **PORTOSRIO**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA CESSÃO DO CONTRATO

A **CONTRATADA** não poderá ceder, sub-rogar, negociar, ou, por qualquer forma ou modo, transferir o presente Contrato ou quaisquer direitos ou obrigações dele oriundos, sem prévia autorização da **PORTOSRIO**, sob as penas estabelecidas nas Cláusulas Décima Quarta e Décima Quinta.

CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES

A **CONTRATADA**, em caso de inadimplemento de suas obrigações, garantido o contraditório e a ampla defesa anteriormente a sua aplicação definitiva, ficará sujeita às seguintes sanções previstas no art. 83 da Lei nº 13.303/2016:

- I. Advertência;
- II. Multa;
- III. Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **PORTOSRIO**, por até 2 (dois) anos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras, as constantes do subitem 16.3 do Edital de Pregão Eletrônico nº. 05/2026.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A multa poderá ser aplicada, dentre outros, nos casos discriminados no subitem 16.5.1 do Edital de Pregão Eletrônico nº. 05/2026.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A sanção de multa pode ser aplicada à **CONTRATADA** juntamente com as dos incisos I e III do *caput* desta Cláusula, conforme a gravidade do fato, facultada a defesa do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

PARÁGRAFO QUARTO

Para aplicação de quaisquer das sanções previstas no *caput* desta Cláusula, a **PORTOSRIO** seguirá o rito previsto no Regulamento de Apuração e Aplicação de Sanções Administrativas (IN.GECOMP.06.002), observando, em especial, o seguinte:

- Notificação formal à **CONTRATADA**;
- Garantia do contraditório e da ampla defesa;
- Concessão de prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentar manifestação.

PARÁGRAFO QUINTO

No caso de indeferimento da defesa apresentada, e uma vez concluído o processo administrativo, a multa porventura aplicada fica, desde logo, considerada dívida líquida e certa, ficando a **PORTOSRIO** autorizada a descontar do pagamento a ser efetuado à **CONTRATADA** o valor da multa devida.

PARÁGRAFO SEXTO

Se o valor a ser pago à **CONTRATADA** não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual.

PARÁGRAFO SÉTIMO

Se o valor do pagamento e da garantia forem insuficientes, fica a **CONTRATADA** obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

PARÁGRAFO OITAVO

Caso não haja o recolhimento da multa no prazo previsto no Parágrafo anterior, em último caso, o valor da multa será cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO NONO

Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, aquela deverá ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da **PORTOSRIO**.

PARÁGRAFO DÉCIMO

O não pagamento da multa aplicada importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e poderá ensejar a aplicação de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **PORTOSRIO**, por até 2 (dois) anos.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

O pagamento das penalidades não é compensatório, admitindo, por conseguinte, o ressarcimento por perdas e danos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

Observando o que dispõe a Lei nº 13.303/2016 e o Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos), o presente Contrato poderá ser rescindido, nas seguintes hipóteses:

I – Por ato unilateral e escrito de qualquer das partes, quando da ocorrência dos seguintes casos:

-
- a) O descumprimento de obrigações contratuais;
- b) A alteração da pessoa do contratado, mediante:
- A subcontratação do seu objeto, a cessão ou transferência, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação e sem a prévia autorização da **PORTOSRIO**, observado o IN.GECOMP.06.001;
 - A fusão, cisão, incorporação, ou associação da contratada com outrem, não admitidas no instrumento convocatório e no instrumento contratual e sem prévia autorização da **PORTOSRIO**.
- c) O desatendimento das determinações regulares do Gestor ou do Fiscal;
- d) O cometimento reiterado de faltas na execução contratual;
- e) A dissolução da sociedade ou o falecimento da pessoa do contratado;
- f) A decretação de falência ou a insolvência civil da **CONTRATADA**;
- g) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, desde que prejudique a execução deste Contrato;
- h) Razões de interesse da **PORTOSRIO**, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no Processo;
- i) O atraso nos pagamentos devidos pela **PORTOSRIO** decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- j) A não liberação, quando for o caso, por parte da **PORTOSRIO**, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
- k) A ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução contratual;
- l) O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- m) O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;
- n) Ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público; ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; ter

fraudado licitação pública ou Contrato dela decorrente; ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar Contrato administrativo; ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de Contratos celebrados com a **PORTOSRIO**, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos Contratos celebrados com a **PORTOSRIO**; ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização;

o) No caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018;

p) O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão deste Contrato por ato unilateral e escrito da **PORTOSRIO** e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018);

q) A não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado.

II – Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo e desde que haja conveniência para a **PORTOSRIO**; e

III – Judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Salvo nos casos de iminente prejuízo às atividades da **PORTOSRIO**, a rescisão por ato unilateral a que se refere o inciso I desta Cláusula, deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo será de 90 (noventa) dias.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso do contratado terá este ainda direito a:

- a) Devolução da garantia;
- b) Pagamentos devidos pela execução contratual até a data da rescisão;
- c) Pagamento do custo da desmobilização.

PARÁGRAFO QUARTO

A rescisão por ato unilateral da **PORTOSRIO** acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas na legislação:

- a) Assunção imediata do objeto contratado, pela **PORTOSRIO**, no estado e local em que se encontrar;
- b) Execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela **PORTOSRIO**;
- c) Na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do instrumento contratual até o limite dos prejuízos causados à **PORTOSRIO**.

PARÁGRAFO QUINTO

O instrumento contratual poderá ser rescindido pela **PORTOSRIO** nos casos em que a **CONTRATADA** estiver envolvida em casos de corrupção ou sobre os quais haja forte suspeita de envolvimento, condicionada à prévia manifestação fundamentada da Diretoria da área requisitante da **PORTOSRIO**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

O recebimento do objeto deste Contrato poderá ser:

- a) Provisório: no caso de aquisição de equipamentos e outros objetos em que seja necessário, para sua avaliação, que a posse dos mesmos seja transferida à PortosRio, sem representar qualquer tipo de aceite ou consideração sobre o adimplemento das obrigações pela contratada;
- b) Parcial: relativo a etapas ou parcelas do objeto, definidas no instrumento contratual, representando aceitação da execução da etapa ou parcela;
- c) Definitivo: relativo à aceitação da integralidade do instrumento contratual e liberação da contratada tocante a vícios aparentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os recebimentos devem ocorrer, a contar da comunicação por parte da **CONTRATADA** direcionada ao Fiscal, nos seguintes prazos:

- a) Até 5 (cinco) dias úteis para o recebimento provisório;
- b) Até 5 (cinco) dias úteis para o recebimento parcial;
- c) Até 30 (trinta) dias úteis para o recebimento definitivo.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Deverão ser observados ainda pelas partes as demais disposições constantes sobre o tema no Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS

Todos os tributos (impostos, taxas, contribuições fiscais ou parafiscais e quaisquer emolumentos) decorrentes direta ou indiretamente do presente Contrato ou de sua execução serão de exclusiva responsabilidade da parte obrigada ao pagamento dos mesmos, na forma definida pela legislação tributária, sem que lhe assista o direito a qualquer reembolso pela outra parte, seja a que título for.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

Este Contrato deverá ser publicado pela **PORTOSRIO** na imprensa oficial, consoante o disposto no subitem 5.17.8. do Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO SIGILO

À **CONTRATADA** é vedado, sob as penas da lei, prestar informações a terceiros sobre a natureza ou o andamento dos trabalhos objeto deste Contrato, bem como divulgar através de qualquer meio de comunicação, dados e informes relativos à execução dos mesmos, à tecnologia adotada e à documentação técnica envolvida, salvo por expressa autorização escrita da **PORTOSRIO**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA VINCULAÇÃO

Este Contrato está vinculado ao Edital de Pregão Eletrônico nº 05/2026 e seus Anexos, à proposta da **CONTRATADA**, ao Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos), ao Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.002) e aos termos da Lei nº 13.303/2016.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos reger-se-ão pela Lei nº 13.303/2016, pelo Regulamento de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001), pelo Instrumento Normativo (IN.GERCOS.10.003), bem como pelas regras e pelos princípios de direito privado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA ANTICORRUPÇÃO

Na execução do presente Contrato, é vedado à **PORTOSRIO** e à **CONTRATADA**, e/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a Gestor seu, oferecer, dar, ou se comprometer a dar, uma a outra ou a quem quer que seja, ou a aceitar, ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por si, quanto através de outrem, pagamento, em espécie ou em bem, doação, compensação, vantagens financeiras e/ou não financeiras, e/ou benefícios de qualquer espécie que constituam, na forma da legislação de regência, prática ilegal ou de corrupção quanto ao objeto do presente Contrato, direta ou indiretamente, ou, ainda, de outra forma que não relacionada a este Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO ACESSO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

As partes assumem o compromisso de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, relativos ao tratamento de dados pessoais, nos meios físicos e digitais, devendo, para tanto, adotar medidas corretas de segurança sob o aspecto técnico, jurídico e administrativo, e observar que:

- I. eventual tratamento de dados em razão do presente Contrato deverá ser realizado conforme os parâmetros previstos na legislação, especialmente na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, dentro de propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- II. o tratamento será limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades contratuais e, caso seja necessário, ao cumprimento de suas obrigações legais ou regulatórias, sejam de ordem principal ou acessória, observando-se que, em caso de necessidade de coleta de dados pessoais, esta será realizada mediante prévia aprovação da **PORTOSRIO**, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por obter o consentimento dos titulares, salvo nos casos em que a legislação dispense tal medida;
- III. a **CONTRATADA** deverá seguir as instruções recebidas da **PORTOSRIO** em relação ao tratamento de dados pessoais;
- IV. a **CONTRATADA** se responsabilizará como “Controlador de dados” no caso do tratamento de dados para o cumprimento de suas obrigações legais ou regulatórias, devendo obedecer aos parâmetros previstos na legislação;
- V. os dados coletados somente poderão ser utilizados pelas partes, seus representantes, empregados e prestadores de serviços diretamente alocados na execução contratual, sendo que, em hipótese alguma, poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins, sem a prévia autorização da **PORTOSRIO**, ou caso haja alguma ordem judicial, observando-se as medidas legalmente previstas para tanto;
- VI. a **CONTRATADA** deve manter a confidencialidade dos dados pessoais obtidos em razão do presente contrato, devendo adotar as medidas técnicas e administrativas adequadas e necessárias, visando assegurar a proteção dos dados, nos termos do art. 46 da LGPD, de modo a garantir um nível apropriado de segurança e a prevenção e mitigação de eventuais riscos;
- VII. os dados deverão ser armazenados de maneira segura pela **CONTRATADA**, que utilizará recursos de segurança da informação e tecnologia adequados, inclusive quanto a mecanismos de detecção e prevenção de ataques cibernéticos e incidentes de segurança da informação.
- VIII. a **CONTRATADA** dará conhecimento formal para seus empregados e/ou prestadores de serviço acerca das disposições previstas nesta Cláusula, responsabilizando-se por eventual uso indevido dos dados pessoais, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados.
- IX. a **PORTOSRIO** possui direito de regresso em face da **CONTRATADA** em razão de eventuais danos causados por este em decorrência do descumprimento das responsabilidades e obrigações previstas no âmbito deste contrato e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;
- X. a **CONTRATADA** deverá disponibilizar ao titular do dado um canal ou sistema em que seja garantida consulta facilitada e gratuita sobre a forma, a duração do tratamento e a integralidade de seus dados pessoais.
- XI. a **CONTRATADA** deverá informar imediatamente à **PORTOSRIO** todas as solicitações recebidas em razão do exercício dos direitos pelo titular dos dados relacionados a este Contrato, seguindo as orientações fixadas pela **PORTOSRIO** e pela legislação em vigor para o adequado endereçamento das demandas.

XII. a CONTRATADA deverá manter registro de todas as operações de tratamento de dados pessoais que realizar no âmbito do Contrato disponibilizando, sempre que solicitado pela **PORTOSRIO**, as informações necessárias à produção do Relatório de Impacto de Dados Pessoais, disposto no art. 5º, XVII, da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

XIII. qualquer incidente que implique em violação ou risco de violação ou vazamento de dados pessoais deverá ser prontamente comunicado à **PORTOSRIO**, informando-se também todas as providências adotadas e os dados pessoais eventualmente afetados, cabendo à **CONTRATADA** disponibilizar as informações e documentos solicitados e colaborar com qualquer investigação ou auditoria que venha a ser realizada.

XIV. ao final da vigência do Contrato, a **CONTRATADA** deverá eliminar de sua base de informações todo e qualquer dado pessoal que tenha tido acesso em razão da execução do objeto contratado, salvo quando tenha que manter a informação para o cumprimento de obrigação legal, caso em que o prazo de retenção de dados pessoais objeto deste Termo poderá se estender pelo prazo de prescrição legal afeto às atividades do Contrato.

XV. A **CONTRATADA** deverá designar Encarregado para interlocução com o Encarregado da **PORTOSRIO**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As partes reconhecem que, se durante a execução do Contrato armazenarem, coletarem, tratarem ou de qualquer outra forma processarem dados pessoais, no sentido dado pela legislação vigente aplicável, a **PORTOSRIO** será considerada “Controlador de Dados”, e a **CONTRATADA** “Operador” ou “Processador de Dados”, salvo nas situações expressas em contrário nesse Contrato. Contudo, caso a **CONTRATADA** descumpra as obrigações prevista na legislação de proteção de dados ou as instruções da **PORTOSRIO**, será equiparado a “Controlador de Dados”, inclusive para fins de sua responsabilização por eventuais danos causados.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Caso a **CONTRATADA** disponibilize dados de terceiros, além das obrigações no *caput* desta Cláusula, deve se responsabilizar por eventuais danos que a **PORTOSRIO** venha a sofrer em decorrência de uso indevido de dados pessoais por parte da **CONTRATADA**, sempre que ficar comprovado que houve falha de segurança técnica e administrativa, descumprimento de regras previstas na legislação de proteção à privacidade e dados pessoais, e das orientações da **PORTOSRIO**, sem prejuízo das penalidades deste Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A transferência internacional de dados deve se dar em caráter excepcional e na estrita observância da legislação, especialmente, dos art. 33 a 36 da Lei nº 13.709/2018 e nos normativos do Banco Central do Brasil relativos ao processamento e armazenamento de dados das instituições financeiras, e dependerá de autorização prévia da **PORTOSRIO** à **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO QUARTO

Cada Parte arcará com suas próprias despesas e investimentos para fins de cumprir as disposições previstas neste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

A contratação do objeto deste Contrato será realizada pelo regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA MATRIZ DE RISCO

A **CONTRATADA** é integral, e exclusivamente, responsável por todos os riscos colocados como de sua competência, relacionados ao objeto do contrato, inclusive, mas sem limitação, conforme estabelecido na Matriz de Risco – Anexo I-C.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DO FORO

O foro competente para ajuizar quaisquer questões suscitadas na execução deste Contrato será o da sede da **PORTOSRIO**, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes assinam eletronicamente o presente instrumento juntamente com as testemunhas.

(assinado eletronicamente)

FLAVIO VIEIRA DA SILVA
Diretor-Presidente
PORTOSRIO

(assinado eletronicamente)

FRANCISCO JOSÉ DE SOUSA DIOGO
Diretor Administrativo-Financeiro
PORTOSRIO

(assinado eletronicamente)

REPRESENTANTE
Cargo ou Função
CONTRATADA

Testemunhas:

1) *(assinado eletronicamente)*

Nome:

Matrícula Funcional:

2) *(assinado eletronicamente)*

Nome:

Matrícula Funcional: